Conab
Companhia Nacional de Abastecimento

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA - RAINT



2009

Índice

Conteúdo

1. Apresentação 4
2. Perfil da Companhia 4
   2.1. Denominação e Natureza Jurídica 4
   2.2. Finalidade e Objetivos 4
   2.3. Missão Institucional e Contexto Operacional 5
   2.4. Estrutura Organizacional 6
3. Auditoria Interna - Audin 7
   3.1. Orientação Normativa e Supervisão Técnica 7
   3.2. Competências Regimentais 7
   3.3. Estrutura Organizacional 8
4. Descrição das Ações Realizadas pela Auditoria Interna 9
   4.1. Recursos Humanos 14
   4.2. Outros Recursos Empregados 16
   4.3. Análise das Recomendações 16
5. Implementação e Cumprimento de Recomendações 17
   5.1. Recomendações Oriundas da CGU e TCU 17
   5.2. Recomendações Formuladas pela Audin 18
   5.3. Decisões e Recomendações do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Companhia 18
   5.3.1. Recomendações do Conselho Fiscal 18
   5.3.2. Decisões e Recomendações do Conselho de Administração 18
   5.4. Ouvidoria 19
   5.5. Denúncias 20
6. Entidade de Previdência Privada - Cibrius 20
7. Relato Gerencial sobre Áreas Finalisticas 21
   7.1. Unidades Armazenadoras - UAs 21
   7.2. Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM 22
   7.2.1 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – Pepro. 22
   7.2.2 Prêmio De Risco Para Aquisição De Produto Agropecuário Oriundo De Contrato Privado De Opção De Venda – PROP 23
   7.2.3 Prêmio de Escoamento de Produto - PEP 24
   7.3. Programa de Modernização da Tecnologia da Informação - PMTI 24
8. Avaliação dos Indicadores de Desempenho 25
   Percentual de Execução Financeira com a Contribuição à Previdência Privada 27
   Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários 27
   Percentual de Gastos com Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria 28
   Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas 28
   Percentual de Execução da Meta Física 28
   Percentual de Aplicação dos Recursos Financeiros em Manutenção e Modernização 29
9. Procedimentos Licitatórios 29
   9.1. Licitações e Contratos no Exercício de 2009 29
   9.2. Acompanhamento das Contratações Diretas 31
   9.3. Treinamentos e Orientações Básicas Sobre Licitações e Contratos 31
10. Execução de Convênios - MDA 32
11. Consistência da Folha de Pagamento – Serviço de Assistência à Saúde-SAS 32
12. Processo de Prestação de Contas da CONAB. 33

13. Auditoria Contábil e Financeira - CF. 33
14. Análise de Riscos das Ações de Auditoria de 2009. 33
15. Problemática Administrativa – Gestão de Pessoas 38
16. Ações de Capacitação 39
17. Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna 41
17.1. Normativos Internos 41
17.1.1. Manual de Auditoria Interna – MAI 41
17.1.2. Manual de Gerenciamento de Riscos – MAR 41
17.2. Desenvolvimento de Metodologias e *Softwares* 41
17.3. Carreira do Auditor Interno 41
18. Considerações Finais 42

1.Apresentação

Como resultado do exercício das competências institucionais conferidas à Auditoria Interna da Conab, o presente Relatório tem por objetivo expor detalhadamente as atividades executadas no ano de 2009, as quais foram previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT. Afora tais atividades, este Relatório apresenta, também, a execução de ações críticas ou não planejadas, mas que exigiram atuação direta da Audin. Tais demandas, de atendimento imediato, são partes das atribuições regimentais também conferidas à Audin, que é órgão de assessoramento, de avaliação, de acompanhamento e consultivo.

As informações contidas neste Relatório, além de atenderem à previsão do PAINT, atendem ao que determina a Controladoria-Geral da União – CGU por meio da Instrução Normativa n.º 07 de 29/12/2006, título II, artigo 10 e Instrução normativa n.º 01 de 3/1/2007, título II, artigos 3º ao 8º. Para otimizar sua leitura, todas as informações foram sistematizadas em tópicos detalhados a fim de proporcionar uma visão clara da comparação existente entre o que foi realizado e o que foi programado para o ano de 2009.

Dessa forma, são apresentadas todas as ações desenvolvidas, desde as auditorias previstas às extraordinárias, com observação estrita para a elaboração de relatórios, execução de análises e avaliações das respostas das áreas auditadas, além da prestação de assistência e suporte às ações da CGU e do TCU.

Como resultado desta assistência, este relatório discorre acerca da implementação ou cumprimento das recomendações ou determinações pelos órgãos central e setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e pelos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como faz um relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da Companhia, com foco na avaliação dos indicadores de desempenho do PPA e na regularidade dos procedimentos licitatórios.

Por fim, este Relatório presta-se, ainda, a identificar os fatos relevantes de natureza administrativa os quais causaram impacto sobre a Audin, relata as ações de capacitação de empregados realizadas ao longo do ano de 2009, demonstra o reflexo de tais ações para o fortalecimento da Unidade e ressalta a intenção perene de perseguição, pela Audin, do objetivo estratégico de excelência organizacional interna mediante análise e aplicação sistematizada do Manual de Auditoria Interna – MAI.

2.Perfil da Companhia

2.1.Denominação e Natureza Jurídica

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab é uma empresa pública federal dotada de personalidade jurídica de direito privado. Foi criada pela Lei n.º 8.029, de 12/4/1990, e instituída com base em seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto n.º 99.944, de 26/12/1990, seguido das alterações constantes dos Decretos n.º 369, de 19/12/1991; s/n.º, de 3/7/1995; n.º 1.816, de 9/2/1996; s/n.º, de 19/12/1996; n.º 2.390, de 19/11/1997; n.º 3.336, de 13/1/2000, e n.º 4.514, de 13/12/2002.

2.2.Finalidade e Objetivos

A Conab tem por finalidade executar a política agrícola no segmento do abastecimento alimentar; a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e o fornecimento de subsídios ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA na formulação e no acompanhamento das referidas políticas; e na fixação dos volumes mínimos dos estoques

reguladores e estratégicos. É regida pela Lei n.º 8.029, Lei Agrícola (Leis n.º 8.171 e n.º 8.174, de 30/1/1991), pelo seu Estatuto e, subsidiariamente, pelas normas de direito aplicáveis. E tem os seguintes objetivos básicos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo MAPA, observando o Decreto n.º 3.981, de 24/10/2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- Participar da formulação da política agrícola; e
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

2.3.Missão Institucional e Contexto Operacional

A missão institucional da Conab é de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícolas e de abastecimento.

Para cumprir com sua missão e suas competências estatutárias, a Conab atua:

- Na formação dos estoques públicos;
- Na garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e execução de programas de escoamento de produtos;
- Na comercialização de estoques públicos;
- Na movimentação de estoques públicos;
- Nas pesquisas e avaliação de safras;
- Na operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA;

- Na execução dos serviços de armazenagem e no acompanhamento do setor;
- Na fiscalização dos estoques públicos;
- No apoio aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros e moinhos coloniais;
- Na organização dos micros e pequenos varejistas.
- No fomento ao desenvolvimento do setor de hortigranjeiros e na modernização do processo de gestão e da infra-estrutura de comercialização;
- No apoio à política de segurança alimentar e nutricional – Fome Zero;
- Na execução do programa de distribuição de alimentos;
- Na disseminação de conhecimentos e informações, entre outras iniciativas.

O caráter executório da Conab ainda engloba a possibilidade de prestação, mediante remuneração, de apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e aos outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos da Lei Agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

2.4.Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica básica da Conab tem a seguinte constituição:

1. Conselho de Administração
   - ❖ Composição:
     - Secretário-Executivo do MAPA, que o presidirá;
     - Presidente da Conab, que substituirá o Secretário-Executivo;
     - até 03 (três) representantes do MAPA; e
     - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.
1. Conselho Fiscal
   - ❖ O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 01 (um) representante do Tesouro Nacional e 02 (dois) representantes do MAPA.
2. Diretoria Colegiada
   - ❖ Composição:
     - Presidente;

- Diretor da Diretoria Administrativa;
- Diretor da Diretoria Financeira;
- Diretor da Diretoria de Política Agrícola e Informações; e
- Diretor da Diretoria de Operações e Abastecimento.

3. Auditoria Interna - Audin

3.1.Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Audin, órgão de controle interno da Companhia, é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13/12/2002, e publicado no DOU, de 16/12/2002.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e remete-se aos Conselhos de Administração e Fiscal da Conab e aos órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e do Tribunal de Contas da União – TCU .

Isto ocorre porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6/9/2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25/10/2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6/4/2001.

3.2.Competências Regimentais

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados. Nesse sentido, o trabalho do auditor interno permeia todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

Em face da própria dinamicidade da evolução dos instrumentos de controle interno no contexto da gestão das corporações, foram sugeridas algumas adequações relativas às competências regimentais da Auditoria Interna e de suas respectivas gerências. As propostas foram aprovadas pela Diretoria Colegiada na 872ª Redir, de 30/9/2008 e pelo Conselho de Administração por meio da Resolução n.º 001, de 2/1/2009.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

I - realizar auditoria de avaliação e acompanhamento da gestão sob os aspectos orçamentário, financeiro, contábil, operacional, legal/trabalhista e de sistemas, objetivando uma maior eficiência, eficácia, economicidade, equidade e efetividade nas ações desenvolvidas pela Conab, consoante o "*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*";

II - realizar auditoria na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figure como patrocinadora, assim como nas entidades coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;

III - proceder a avaliação dos procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação, regulamentos e normas a que se sujeitam**;**

IV - avaliar e propor medidas saneadoras voltadas para a eliminação e/ou mitigação dos riscos internos e externos identificados nas ações de auditoria e em análises prospectivas complementares;

V - desenvolver trabalhos de auditoria de natureza especial, não previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria, assim como elaborar estudos e relatórios específicos, por demanda dos Conselhos de Administração e Fiscal, e de membros da Diretoria Colegiada;

VI - proceder ao exame da Prestação de Contas Anual da Companhia, emitindo parecer conclusivo;

VII - estabelecer planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando uma maior eficiência, eficácia e efetividade dos controles internos;

VIII - elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, assim como manter atualizado o Manual de Auditoria Interna;

IX - analisar e emitir parecer sobre os indicadores relativos ao "*Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia*";

X - coordenar as ações necessárias, objetivando prestar informações, esclarecimentos e oferecer razões de justificativa aos órgãos de controle interno e externo;

XI - examinar e emitir parecer sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo;

XII - prestar orientação às demais unidades orgânicas da Companhia nos assuntos inerentes à sua área de competência.

Além das competências regimentais mencionadas, a Audin possui outras atribuições legais, em cumprimento a nova redação do art. 15, do Decreto n.º 4.440, de 25/10/2002. As principais incumbências são:

- Sujeitar-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram;
- Apresentar ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, seu plano de trabalho do exercício seguinte; e
- Por oportuno, o Manual de Auditoria Interna – MAI contempla, naquilo que não colidir com as orientações da IN/SFC n.º 01, de 6/4/2001, as práticas internacionais de auditoria interna recomendadas pelo *The Institute of Internal Auditors – IIA*, no bojo do Enquadramento das Práticas Profissionais, disponíveis no sítio http://www.theiia.org.

3.3. Estrutura Organizacional

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos - Geris.

4. Descrição das Ações Realizadas pela Auditoria Interna

No exercício de 2009 a Audin deu continuidade ao processo de consolidação do projeto de reestruturação da Unidade, que teve como macro-objetivo a implementação de mudanças contextuais nas atividades típicas de audioria, com o intuito de aprofundar as análises quanto às dimensões de desempenho: economicidade, eficácia e eficiência nos atos de gestão e, ainda, o processo de identificação e avaliação de riscos de modo a orientar os trabalhos para uma auditoria preventiva.

Nesse sentido, as auditorias ordinárias foram planejadas em programas de auditoria próprios, cujos objetos foram criteriosamente especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade. Ademais, foram identificados e avaliados os riscos inerentes a cada ação de auditoria. As vulnerabilidades encontradas, além de serem objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2010.

Foram realizadas auditorias nas áreas finalísticas da Companhia – relativamente à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, no âmbito dos programas de garantia e sustentação de preços; nas Unidades Armazenadoras próprias e o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA para execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA -, e nas áreas meio - de licitações e contratos e o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI.

Complementando as auditorias ordinárias, por força das competências regimentais da Audin, foram executadas ações de auditoria de avaliação de balanço com vista à emissão do parecer de auditoria interna para compor o Processo de Prestação de Contas da Conab e ainda as auditorias contábeis-financeiras preparatórias para o encerramento do exercício.

Em 2009 a Audin deu continuidade aos trabalhos de supervisão no Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius por meio de realização de auditoria especial, no qual procedeu-se a análise das contas relativas aos exercícios de 2004, 2005 e 2008. Tal medida objetivou atender ao Acordão n° 2.887/2008 – TCU.

A Audin realizou, também, uma auditoria extraordinária por demanda da Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB na área de unidades armazenadoras.

A materialidade das áreas auditadas ultrapassa a cifra de 4,2 bilhões de reais, conforme se observa na tabela 1, sendo que o volume de recursos auditados, com base nas amostras selecionadas, foi de 2,5 bilhões, uma representatividade significativa de 60%. Os números estão demonstrados em detalhe no **Anexo 1.**

Tabela 1

Área de Atuação da Auditoria Interna – Exercício 2009

MATÉRIA AUDITADA	PROGRAMA	AÇÃO	DOTAÇÃO/VR ATIVO/VR ACORDO (R$)
Balanço [1]	*Todos*	*Todas*	**959.053.280,10**
Contábil-Financeiro [1]	*Todos*	*Todas*	**466.601.863,00**
Licitações e Contratos [2]	*Abastecimento*	*Gestão e Administração do Programa*	**278.821.571,00**
PMTI [2]			

Unidades Armazenadoras[2]	*Agroalimentar*	*Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns*	**9.450.000,00**
Cibrius[2]		*Contribuição à Previdência Privada*	**38.449.686,08**
Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM (PEP, PROP E PEPRO)[3]		*Garantia e Sustentação de Preços[3]*	**2.390.000.000,00**
Termo de Cooperação Técnica Conab/MDA – PAA[4]	-	-	**142.534.800,00**
Total			**4.284.911.200,18**

FONTE: Siafi

1. **Valor do ativo**
2. **Dotação orçamentária**
3. **A Ação "Garantia e Sustentação de Preços" está inserida no programa "Abastecimento Agroalimentar, porém é integrante das Operações Oficiais de Crédito do Ministério da Fazenda. A Conab recebe os recursos do Tesouro Nacional e executa os pagamentos dos prêmios.**
4. **Valor do Acordo Coop. Técnica Conab/MDA**

O PAINT contemplou a programação de auditorias na Matriz e em todas as Superintendências Regionais com, no mínimo, uma visita a cada uma das Unidades previamente eleitas, de acordo com as necessidades detectadas pela Audin.

Foram programadas 35 (trinta e cinco) auditorias para o exercício/2009, sendo 29 (vinte e nove) nas Suregs, 05 (cinco) na Matriz e 01 (uma) no Cibrius, distribuídas da seguinte forma:

- 06 Auditorias de Avaliação de Gestão (Balanço), sendo 01 na Matriz e 05 nas Superintendências Regionais;
- 21 Auditorias de Acompanhamento da Gestão (nas áreas administrativas e em sistemas operacionais), sendo 04 na Matriz e 17 nas Superintendências Regionais;
- 07 Auditorias Contábéis-Financeiras nas Superintendências Regionais;
- 01 Auditoria Especial – Cibrius.

Durante o exercício de 2009 foram realizadas 36 auditorias, sendo:

- 06 Auditorias de Avaliação de Gestão – Balanço Financeiro, sendo 01 na Matriz e 05 nas Superintendências Regionais;
- 20 Auditorias de Acompanhamento de Gestão – Sendo 17 nas Superintendências Regionais e 03 na Matriz;
- 08 Auditorias Contábeis-Financeiras nas Superintendências Regionais.
- 02 Auditorias Especiais – Cibrius.

Foram auditadas todas as unidades em suas diversas áreas e setores, como podemos observar na tabela 2.

Conab

Tabela 2

Descrição das ações de auditoria interna quanto ao número dos relatórios, unidades/área/setores, escopo dos trabalhos e cronograma executado no exercício/2009.

NÚMERO DO RELATÓRIO	CRONOGRAMA EXECUTADO		UNIDADE	ÁREA	SETORES	ESCOPO DOS TRABALHOS	OBS
	INÍCIO	FIM					
1- Especial	21/05/2009	05/06/2009	CIBRIUS	Cibrius	Cibrius	Cibrius	E
2 - Especial	08/06/2009	17/06/2009	CIBRIUS	Cibrius	Cibrius	Cibrius	E
1 - Extraordinária	23/03/2009	09/04/2009	Sureg/RS e Suarm	Geope	Seope	UA	ACG
01	10/02/2009	27/02/2009	Matriz	Difin	Sucon	Balanço	AVG
02	26/01/2009	31/01/2009	Sureg/SC	Gefad	Secof	Balanço	AVG
03	26/01/2009	30/01/2009	Sureg/CE	Gefad	Secof	Balanço	AVG
04	26/01/2009	30/01/2009	Sureg/MT	Gefad	Secof	Balanço	AVG
05	09/02/2009	13/02/2009	Sureg/ES	Gefad	Secof	Contratos e Licitações	ACG
06	02/02/2009	06/02/2009	Sureg/RO	Gefad	Secof	Balanço	AVG
07	02/02/2009	06/02/2009	Sureg/PE	Gefad	Secof	Balanço	AVG
08	09/02/2009	20/02/2009	Sureg/PR	Gefad	Seope	UA	ACG
09	27/04/2009	07/05/2009	Matriz	Dipai	Supaf	Convênio	ACG
10	06/04/2009	17/04/2009	Matriz	Dipai	Sutin e UGP	PMTI	ACG
11	26/04/2009	14/05/2009	Sureg/SP	Geope	Sepab	Convênio	ACG
12	15/03/2009	27/03/2009	Sureg/MS	Geope	Sepab	Contratos e Licitações	ACG
13	18/05/2009	29/05/2009	Sureg/PR	Geope	Sepab	Convênio	ACG
14	08/06/2009	25/06/2009	Sureg/RS	Gefad	Secof	CF	CF
15	26/06/2009	03/07/2009	Sureg/AM	Gefad	Seade	Contratos e Licitações	ACG
16	19/07/2009	01/08/2009	Sureg/SC	Geope	Sepab	Convênio	ACG
17	22/06/2009	25/06/2009	Sureg/AM -RR	Gefad	Gefad	Contratos e Licitações	ACG
18	17/08/2009	28/08/2009	Sureg/PB	Geose	Segeo	PROP	ACG
19	27/07/2009	07/08/2009	Sureg/MG	Geope	Seope	UA	ACG
20	14/09/2009	25/09/2009	Sureg/RN	Gefad	Seade	Contratos e Licitações	ACG
21	21/09/2009	09/10/2009	Sureg/PI	Gefad	Secof	CF	CF
22	06/04/2009	16/10/2009	Matriz	Dirad	Sufin Supad Proge Sutin Sumoc	Contratos e Licitações	ACG
23	28/09/2009	16/10/2009	Sureg/GO	Geope	Seope	UA	ACG
24	31/08/2009	18/09/2009	Sureg/MT	Geope	Seope	UA	ACG
25	10/08/2009	04/09/2009	Sureg/GO	Geope	Secom	PEP	ACG
26	24/08/2009	04/09/2009	Sureg/BA	Geope	Secom	PEPRO	ACG
27	26/11/2009	04/12/2009	Sureg/MA	Gefad	Secof	CF	CF

28	16/11/2009	04/12/2009	Sureg/RJ	Gefad	Seade	Contratos e Licitações	CF
29	16/11/2009	24/11/2009	Sureg/AM	Gefad	Secof	CF	CF
30	09/11/2009	18/11/2010	Sureg/AL	Gefad	Gefad	CF	CF
31	20/11/2009	27/11/2009	Sureg/GO	Gefad	Secof	CF	CF
32	27/11/2009	04/12/2009	Sureg/TO	Gefad	Secof	CF	CF
33	16/11/2009	26/11/2009	Sureg/PA	Gefad	Secof	CF	CF

Legenda	
ACG - Acompanhamento da Gestão;	***SECOF - Setor Contábil Financeiro;***
CF - Contábil-Financeira;	***DIRAD - Diretoria Administrativa;***
E – Especial;	***SEOPE- Setor de Operações de Estoques;***
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social;	***SETAD – Setor Administrativo;***
PGPM - Política de Garantia de Preço Mínimo;	***SUCON - Superintendência de Contabilidade;***
GEDES - Gerencia de Desenvolvimento e Suporte Estratégico	***SUREH - Superintendência de Recursos Humanos;***
GEFAD – Gerência de Finanças e Administração;	***CPL - Comissão Permanente de Licitação;***
GEOPE – Gerência de Operações;	***DIFIN - Diretoria Financeira;***
GEOSE – Gerência de Operações e Suporte Estratégico;	***DIRAB - Diretoria de Operações e Abastecimento;***
SUPAF - Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar;	***CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social;***
SEGEO - Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta;	***SUARM - Superintendência de Armazenamento;***
SECOM - Setor de Operações Comerciais;	***UA - Unidades Armazenadoras;***
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações;	***PROGE - Procuradoria Geral;***
PMTI - Programa de Modernização da Tecnologia de Informática;	***SUFIN - Superintendência Financeira;***
UGP - Unidade Gestora do Programa;	***SUPAD- Superintendência Administrativa;***
SUTIN – Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação;	***SEADE - Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos;***
SUMOC- Superintendência de Modernização e Capacitação;	***PEP - Prêmio de Escoamento de Produto;***
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa;	***PROP - Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda.***

Ao compararmos a meta programada de auditorias com as efetivamente realizadas, chega-se, em uma análise de eficácia, a um incremento de 03% (tabela 3). Registre-se o que a auditoria realizada no Cibrius deu origem a dois relatórios, sendo um relativo ao ano de 2008 e outro contemplando os exercícios de 2004 e 2005. Igual procedimento se deu em relação a auditoria de licitações e contratos realizada na Sureg/AM, com desdobramento na Sureg/RR, o que também gerou dois relatórios. Tais ações privilegiaram os princípios da economicidade, eficácia e eficiência operacional das atividades da Auditoria Interna.

Outro fato relevante foi a realização de uma auditoria extraordinária na Sureg/RS que motivou uma auditoria Contábil-Financeira naquela Sureg, não prevista inicialmente no PAINT.

Na análise da tabela 3 percebe-se um déficit de 5% nas Auditorias de Acompanhamento de Gestão - ACG. Tal fato ocorreu em função da não realização de auditoria prevista em benefícios (Serviço de Assistência a Saúde - SAS), fato que será comentado posteriormente no item 11.

Tabela 3

Auditorias Programadas x Realizadas por Modalidade

TIPO DE AUDITORIA	NÚMERO PROGRAMADO (A)	NÚMERO REALIZADO (B)	PART. (B) / (A)	PART. (B) / TOTAL REALIZADO
Acompanhamento de Gestão (ACG)	21	20	95%	55%
Avaliação de Gestão (AVG)	06	06	100%	17%
Contábil-Financeira (CF)	07	08	114%	22%
Especial (E)	01	02	200%	6%
TOTAL	35	36	103%	100%

Os gráficos a seguir destacam a participação percentual das auditorias ocorridas no exercício, por modalidade, em relação ao total realizado **(Gráfico 1)** e o comparativo entre o total programado e o efetivamente realizado **(Gráfico 2)**.

GRÁFICO 1

Participação (%) das auditorias realizadas, por modalidade, no exercício de 2009

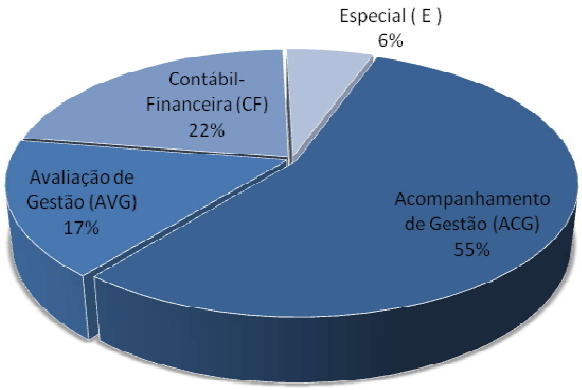
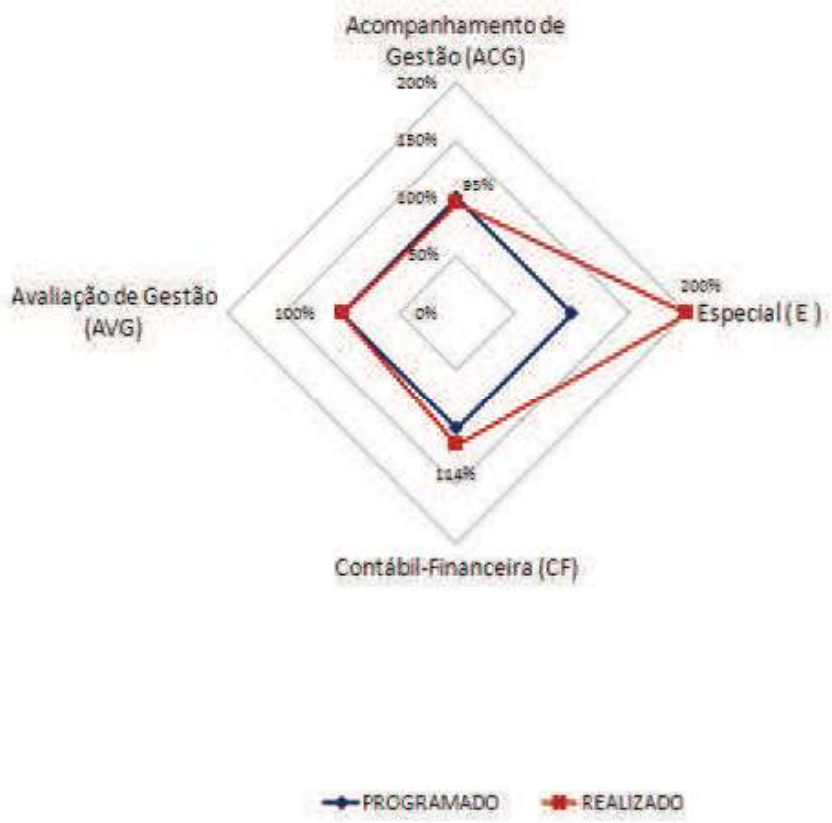


GRÁFICO 2

Participação (%) das auditorias realizadas no exercício/2009.
Número programado x número realizado



4.1. Recursos Humanos

A equipe da Audin em 2009 teve como principal característica a multidisciplinaridade que permitiu que os conhecimentos específicos dos auditores internos fossem utilizados em áreas afins. A equipe contou com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, direito e agronomia.

O PAINT foi dimensionado para ser desenvolvido por uma equipe de 15 (quinze) auditores internos. O corpo funcional da Auditoria Interna era composto por 01 (um) Chefe, 03 (dois) Gerentes de Área, 15 (quinze) Auditores Internos, 02 (dois) Secretários e 01 (um) Contínuo (terceirizado). No entanto, no decorrer do exercício de 2009, ocorreram transferências, que modificaram o quadro funcional para a seguinte estrutura:

Tabela 4

Corpo Funcional da Auditoria

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Chefe de Auditoria	01
Gerentes de Área	03
Auditores Internos	15
Procurador	01
Secretários	02
Contínuo (Terceirizado)	01
TOTAL	23

*Dezembro/2009

Comentário sobre as movimentações ocorridas em 2009:

Altair Severino Maciel - Mat.: 107.045, cargo/função: ATA III/Assistente Técnico Administrativo, faixa/nível salarial 07/05, TRANSFERIDO no âmbito da GEBEM/SUREH/DIRAD para AUDIN/PRESI, DESIGNADO para exercer a função de SECRETARIA III, da Auditoria Interna – AUDIN/PRESI, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 149 de 17/06/2009.

Daniela Ramos Sette - Mat.: 107.268, cargo/função: TNS III/Procuradora, faixa/nível salarial 09/01 TRANSFERIDA no âmbito da MATRIZ/PRESI/AUDIN, para a DIRAD/SUREH/GECAT e DESIGNADA para exercer a função de Gerente de Área da Gerência de Serviço de Assistência à Saúde - GESAS da SUREH/DIRAD conforme portaria PRESI n.º 110 de 06/05/2009.

Eugênia Maria Rocha de Oliveira – Mat.: 60.885, cargo/função: TNS III/Auditor, Faixa/nível salarial 11/06, DISPENSADA a pedido, da função de Gerente de Área, da Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional - GEDOP, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 091 de 29/05/2009.

José Romero Santiago – Mat.: n.º 21.030, cargo/função TNS I/Auditor, faixa/nível salarial 09/05, TRANSFERIDO no âmbito da AUDIN/GERIS para a AUDIN/GEAUD, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 225, de 05/08/2009

Luiz Campos de Almeida - Mat.: 27.632, cargo/função: TNS II, faixa/nível salarial 10/06, TRANSFERIDO no âmbito no âmbito da AUDIN/GEDOP para a AUDIN/GEAUD, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 226, de 05/08/2009

Marcelo Henrique Coelho – Mat.: 106.995, cargo/função TNS I/Auditor, faixa/nível salarial 07/01, DISPENDADO para exercer a função de SUBSTITUTO eventual do Gerente da Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – GEDOP da PRESI/AUDIN e DESIGNADO para exercer a função de GERENTE de área da Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – GEDOP da PRESI/AUDIN conforme Ato de Direção DIRAD n.º 092 de 29/05/2009.

Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes - Mat.: 18.404, cargo/função: TNS III, faixa/nível salarial 11/07, TRANSFERIDA no âmbito da DIAFI/SUCON/GEFIT para PRESI/AUDIN/GEDOP, ALTERADO seu enquadramento funcional de Técnico Financeiro Contábil para Auditor, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 045 de 05/02/2009.

Renato de Paula Falleiros - Mat.: 107.349, cargo/função: TNS I, faixa/nível salarial 07/01, TRANSFERIDO no âmbito da DIRAB/SUFIS/GEFIS para PRESI/AUDIN/GEDOP, ALTERADO seu enquadramento funcional de Técnico de Operações para Auditor, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 221 de 05/08/2009.

Sérgio de Oliveira Amorim - Mat.: 16.940, cargo/função: TNS I, faixa/nível salarial 09/07, TRANSFERIDO no âmbito da DIRAD/CPL para PRESI/AUDIN/GEDOP, ALTERADO seu enquadramento funcional de Técnico de Recursos Materiais para Auditor, conforme Ato de Direção DIRAD n.º 186 de 13/07/2009.

Sérgio de Oliveira Amorim - Mat.: 16.940, cargo/função: TNS I, faixa/nível salarial 09/07, CEDIDO para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, para o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Compras, código DAS 101.2, da Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva, conforme DOU de 26/10/2009.

Sérgio de Oliveira Amorim - Mat.: 16.940, cargo/função: TNS I, faixa/nível salarial 09/07, EXONERADO a pedido, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Compras, código DAS 101.2, da Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, conforme DOU de 15/01/2010.

Sérgio de Oliveira Amorim - Mat.: 16.940, cargo/função: TNS I, faixa/nível salarial 09/07, LOTADO após retorno da cessão ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA na AUDIN/GEDOP, conforme CI AUDIN n.º 616 de 21/12/2009

Valdete Rodrigues da Silva – Mat.: 85.608, cargo/função: AAD IV/Auxiliar de Recursos Humanos, faixa/nível salarial 07/07 DISPENSADA a pedido, da função de SECRETÁRIA III, da AUDIN/PRESI conforme Ato de Direção DIRAD n.º 148 de 17/06/2009.

4.2. Outros Recursos Empregados

Durante o exercício de 2009, utilizou-se como recursos tecnológicos para a otimização das atividades de auditoria o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, consulta em bancos de dados internos da Conab e internet.

Foram previstos, para o exercício de 2009, gastos médios mensais da ordem de R$ 30.466,67 (trinta mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), para custear as viagens com vista à realização de auditorias programadas nas Superintendências Regionais, equivalendo a um montante de R$ 402.160,00 (quatrocentos e dois mil e cento e sessenta reais), conforme consta no PAINT.

Efetivamente, os gastos médios mensais foram de R$ 22.077,92 (vinte e dois mil e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), registrando um montante de R$ 264.935,04 (duzentos e sessenta e quatro mil novecentos e trinta e cinco reais e quatro centavos), o que representa 34,12% abaixo do valor originalmente programado para despesas com hospedagem, alimentação, locomoção e passagem aérea.

A eficiência na utilização de recursos financeiros foi privilegiada principalmente em razão da compra antecipada de passagens aéreas, que resultou em uma economia de 56% do valor orçado para cada bilhete. Percebe-se que o dispêndio médio estimado por auditoria programada nas Superintendências de R$ 12.606,90 em comparação com o dispêndio médio por auditoria realizada, cujo valor foi de R$ 8.587,95, proporcionou economicidade da ordem de 31,88% por auditoria.

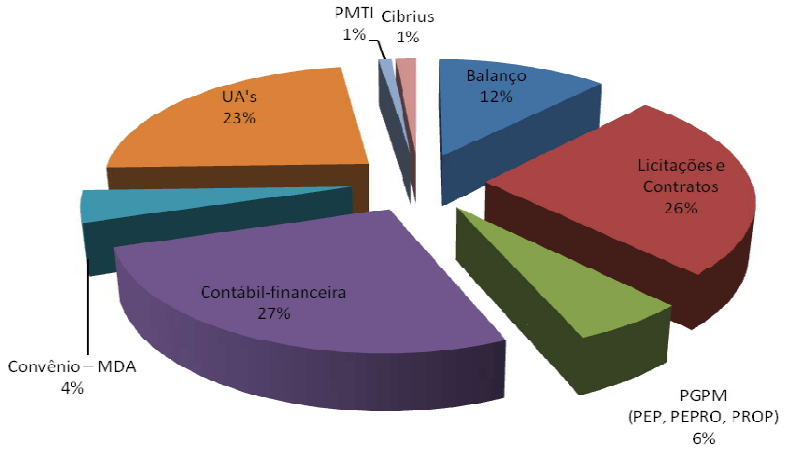
4.3. Análise das Recomendações

Ao analisarmos a representatividade do número de recomendações por programa de auditoria (Gráfico 3) verifica-se que os programas que demandaram um número maior de

recomendações foram os Programas de Auditorias em Procedimentos de Licitações e Contratos, Unidades Armazenadoras e Contábil-Finaceira, representando 76% do total de recomendações. Tal percentual indica que essas áreas apresentam mais fragilidades nos seus sistemas de controles internos.

Gráfico 3

Percentual de Recomendações por Programa de Auditoria/2009



5. Implementação e Cumprimento de Recomendações

5.1. Recomendações Oriundas da CGU e TCU

A Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, órgão da estrutura da Auditoria Interna – Audin, entre outros, possui os misteres regimentais de:

- "acompanhar a implementação das recomendações da Auditoria Interna, do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;"

- "orientar as demais áreas da Companhia no que se refere aos controles internos e as orientações emanadas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União."

Em face das competências antes transcritas e no contexto das recomendações/solicitações da CGU, a Audin/Gedop desenvolve a atividade de buscar as informações nas diversas áreas da Companhia, Matriz e Superintendências Regionais, em face da competência inerente aos questionamentos da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU/PR, quando do desenvolvimento dos trabalhos relativos às Auditorias de Avaliação da Gestão e/ou de Acompanhamento da Gestão, assim como das fiscalizações levadas a efeito.

No sentido da assertiva supra, diligências são realizadas para obter as informações pertinentes que, na ocorrência de Auditoria de Avaliação da Gestão, permitam a consolidação do Plano de Providências que, após remessa à SFC, recebe acompanhamento com o objetivo de se verificar a implementação das providências explicitadas e datas aprazadas, além de complementar informação ao órgão de controle, aguardando-se, na sequência, a emissão de

relatório com a avaliação em face das informações/justificativas nele consolidadas. Nesse mister, o Plano de Providências – Exercício 2008, e inerente à Auditoria de Avaliação da Gestão, Relatório n.º 224.909, foi objeto do OFÍCIO PRESI N.º 229, de 13/8/2009, e, posteriormente, complementado pelo OFÍCIO PRESI N.º 300, de 17/08/2009, OFÍCIO PRESI N.º386 de 07/10/2009, OFÍCIO PRESI N.º 447, de 10/11/2009 e OFÍCIO PRESI N.º 015, de 18/01/2010.

Quanto às ações da Controladoria Geral da União – CGU, nas Superintendências Regionais desconsolidadas, essas encaminham a Audin cópia das solicitações/recomendações recebidas, quando das atividades de auditoria e fiscalização da CGU, nos estados respectivos, inclusive cópia do Plano de Providências por elas elaborados. Com base nos documentos recebidos, a Audin/Gedop promove o acompanhamento da implementação das providências e, quando necessário, também orienta/recomenda que se busquem as soluções para os problemas detectados.

Para as questões emanadas do Tribunal de Contas da União – TCU, a Audin/Gedop adota, basicamente, a mesma sistemática antes citada e, no que diz respeito aos assuntos de competência dos órgãos da Matriz e das Regionais não desconsolidadas, os assuntos são acompanhados e estão explicitados no **Anexo 3**.

5.2. Recomendações Formuladas pela Audin

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático. Em 2009 todo o acompanhamento das recomendações foi efetuado via Sistema de Auditoria Interna - Siaudi. Por meio dele os auditores acompanharam, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliaram não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. As recomendações exaradas em relatório de auditoria via Siaudi são catalogadas e verificadas em seus status, de forma periódica. O **Anexo 4** ilustra um exemplo do referido controle de acompanhamento.

Não obstante o controle gerencial, os auditores internos analisam as eventuais recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

5.3. Decisões e Recomendações do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Companhia

5.3.1. Recomendações do Conselho Fiscal

Ao longo do exercício de 2009, o Conselho Fiscal da Conab, composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, realizou 12 (doze) reuniões ordinárias, correspondentes a cada mês do ano em referência, e 1 (uma) reunião extraordinária, ocorrida em março de 2009, nas quais exerceu as suas competências estatutárias de fiscalização dos atos de gestão dos administradores da Conab, análise dos balancetes mensais, exame das demonstrações contábeis anuais e tratou de outros assuntos de relevância.

As análises efetuadas geraram diversas solicitações de informações e recomendações para adoção de providências de correção de impropriedades detectadas, dentre as quais destacamos as que foram objeto de acompanhamento por parte da Audin conforme o **Anexo 5**.

5.3.2. Decisões e Recomendações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Conab, por sua vez, composto pelo Presidente da empresa e cinco Conselheiros, realizou, no decorrer do exercício de 2009, 12 (doze) reuniões ordinárias, referentes a cada mês do ano, e 1 (uma) reunião extraordinária, ocorrida em março de 2009, nas quais, dentre outros assuntos de relevância, exerceu as suas competências estatutárias

de orientação geral quanto aos negócios e prioridades da Conab, fiscalização da gestão da Diretoria Colegiada, aprovação de alterações no Regimento Interno e criação de unidades organizacionais na Companhia.

Cumpre ressaltar que algumas das deliberações do Conad, voltadas ao aperfeiçoamento organizacional da empresa e ao gerenciamento administrativo de áreas da Companhia, foram, inclusive, objeto de regulamentação normativa interna, por meio de portarias e resoluções.

Dentre as decisões e recomendações tecidas pelo Conselho de Administração, destacamos as principais, conforme o **Anexo 6**, que foram objeto de acompanhamento por parte da Audin.

5.4. Ouvidoria

Criada como um novo instrumento de gestão administrativa, por meio da Resolução Conad n.° 6, de 26 de novembro de 2007, a Ouvidoria tem suas competências descritas no art. 11 do Regimento Interno da Companhia e, dentre outros fins, objetiva o aprimoramento da prestação de serviço da Conab através do conhecimento do grau de satisfação do usuário de seus serviços, a busca de soluções para as questões levantadas e o oferecimento de informações gerenciais e de sugestões aos dirigentes e gestores das unidades orgânicas da Companhia.

O ano de 2009 foi fundamental para que a Ouvidoria aprimorasse sua estrutura e área de recursos humanos. Para tanto, consolidou-se o Sistema de Ouvidoria, implementado em novembro de 2008, o Sisouv, através do seu aprimoramento e atualização. Por outro lado, a Ouvidoria investiu na capacitação de pessoal, através da participação em palestras, simpósios e treinamentos. Ressalte-se, inclusive, que a equipe que compõe a unidade foi reforçada com a chegada de um novo empregado.

Em 2009 a Ouvidoria também investiu na divulgação dos seus trabalho à Companhia, por meio do encaminhamento de Comunicação Interna Circular e e-mails informativos à todos os empregados das Superintendências Regionais e Matriz. Para 2010, a Ouvidoria visa ampliar ainda mais essa publicidade, com a confecção de folders e o envio de *webcards* às equipes da Conab e à sociedade, a exemplo de cooperativas e associações de agricultores, buscando-se assim intensificar o seu raio de atuação dentro da empresa.

Por fim, a Ouvidoria atuou como importante fonte de informações tanto para Auditoria Interna, como para a Corregedoria da Conab. A Ouvidoria recebeu 287 demandas, ao que podemos relacionar, por espécie, as seguintes estatísticas: do total, 13,59% são denúncias, 27,87% críticas, 14,63% informações, 6,62% elogios, 16,72% sugestões, 19,51% reclamações e 1,04% tratam-se de demandas diversas sem classificação definida.

Neste sentido, confira o quadro a seguir:



Natureza	Quantidade
Denúncia	39
Crítica	80
Outros	3
Informação	42
Elogio	19
Sugestão	48
Reclamação	56
Total	287

Saliente-se que o total de demandas recebidas em 2009 aumentou em 394,83% com relação ao ano de 2008, no qual foram recebidas 54 demandas. As denúncias, em especial, aumentaram em 143,75% no ano de 2009, se comparadas com o total de denúncias efetivadas em 2008 (apenas 16). Tal aumento significativo se deve, dentre outros fatores, à divulgação interna das competências da Ouvidoria (Comunicações internas, e-mails e site da Conab) e ao trabalho satisfatório por ela prestado, que a tornou uma unidade da Companhia com credibilidade perante o seu público alvo.

5.5. Denúncias

Foram recebidas, no total, 39 (trinta e nove) denúncias, de forma direta ou indireta, pela Ouvidoria no exercício de 2009, cujo teor de cada e a respectiva providência tomada encontram-se relatadas no **Anexo 7** deste documento.

A expectativa da Audin, em consequência, é a de continuar desenvolvendo trabalhos em parceria com a Ouvidoria, no sentido de obter elementos relevantes de análise que possibilitem ações específicas de fiscalização e/ou consultoria, de modo a contribuir, de forma efetiva, para o aprimoramento dos controles internos administrativos no contexto da moderna gestão pública.

Tendo em vista consolidação do Sisouv, como eficiente sistema informatizado de recebimento de demandas pela Ouvidoria via internet, prevê-se, ainda, a possibilidade de aumento das denúncias. Diante dessa previsão, poderá haver maior quantitativo de horas/homem/trabalho para a realização de auditorias especiais não programadas no PAINT 2010.

Registre-se que a Audin não realizou em 2009 trabalhos de auditoria em face de denúncias recebidas, seja oriunda da Ouvidoria ou de outras fontes.

6. Entidade de Previdência Privada - Cibrius

Consoante Acórdão n° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU determinou à Conab "que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último

exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art.25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2°, da Lei Complementar n° 109/2001."

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, a partir do exercício em que se deu a intervenção, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius a partir de janeiro de 2001, tendo a Conab proposto a realização de auditorias dos exercícios não fiscalizados de forma escalonada.

Como o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT contemplou a realização de uma Auditoria Especial no Cibrius em 2009, a Audin realizou os trabalhos de auditoria naquela instituição contemplando os exercícios de 2004, 2005 e 2008, com o objetivo específico de avaliar o processo de governança corporativa, a administração dos ativos garantidores e o ponto de maior relevância que vem permeando a gestão do Instituto há quase uma década, que é a questão do desequilíbrio atuarial.

Nesse sentido, foram elencadas diversas recomendações com o objetivo de mitigar os fatores de riscos a que está sujeita a entidade, contemplando aspectos relativos ao programa de Investimentos, estrutura de custos e despesas, governança corporativa, ajuizamento de ações relacionadas ao Plano de Benefícios e elaboração do Plano de Saldamento.

7. Relato Gerencial sobre Áreas Finalisticas

7.1. Unidades Armazenadoras - UAs

Em 2009 a rede própria da Conab foi constituída de 174 armazéns, agrupados em 96 Unidades Armazenadoras distribuídas nas modalidades convencional, granel e frigoríficas, com capacidade estática total para 2.146.111 toneladas.

As Unidades Armazenadoras próprias que operam em ambiente natural - (convencional e granel) localizadas em Ponta Grossa e Apucarana, no Paraná; Uberlândia e Uberaba, em Minas Gerais; Rio Verde e Porteirão, em Goiás; Sorriso, Sinop e Rondonópolis, no Mato Grosso - foram objeto de auditorias realizadas ao longo do exercício de 2009, conforme previsto no Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna – PAINT. As UAs de Canoas e Porto Alegre, que operam em ambiente frigorificado, ambas no Rio Grande do Sul, foram objeto de ação não prevista no PAINT e classificada como Auditoria de Acompanhamento da Gestão – ACG/Extraordinária.

As Unidades Armazenadoras que foram objeto das ações de auditoria em 2009 representam juntas 42,7% (916.100 ton.) do total da capacidade da rede armazenadora própria.

O trabalho desenvolvido seguiu o direcionamento dado pelo PAINT que definiu como objetivo desta ação de auditoria verificar o processo de modernização, certificação e gestão das Unidades Armazenadoras da Companhia, os controles internos administrativos, a conformidade normativa dos procedimentos operacionais, além da identificação e descrição dos riscos relacionados ao processo de armazenagem.

De um modo geral foi constatado que as Unidades Armazenadoras auditadas vêm operando dentro do que permite as normas e regulamentos de armazenagem, mas com problemas comuns a todas, tais como: quadro de pessoal subdimensionado, limitação de equipamentos de informática, falta ou insuficiência de treinamento do corpo funcional, máquinas e

equipamentos obsoletos com vida útil já comprometida pelo tempo de uso e falta de equipamentos imprescindíveis no serviço de armazenagem e conservação, representando riscos que comprometem a prestação dos serviços. Destaque, também, para o processo de certificação, uma vez que as unidades armazenadoras não possuem grande parte dos requisitos obrigatórios exigidos na Instrução Normativa n.° 12 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Esse fato implica em riscos operacionais posto que, segundo a referida Instrução Normativa, a certificação é obrigatória para as pessoas jurídicas que prestam serviços remunerados de armazenagem.

Os resultados apurados foram apresentados aos gestores quando do encerramento dos trabalhos e as impropriedades detectadas foram objeto de recomendações nos Relatórios de Auditoria encaminhados às áreas auditadas, via Sistema de Auditoria Interna - Siaudi.

7.2. Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM

A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM é um dos principais instrumentos que a Conab utiliza para fortalecer a produção e garantir o equilíbrio de preços, seja por meio de compra direta (AGF – Aquisição do Governo Federal) ou programas de subvenção (PEP, PEPRO, PROP).

Por essa razão, foi consignado no PAINT 2009 a realização de uma auditoria com o objetivo de verificar o desempenho operacional das Superintendências Regionais no processo de formação de estoques por meio de AGF – Aquisição do Governo Federal. Pretendia-se deflagrar a ação de auditoria no momento em que a Conab estivesse concretizando as aquisições. Para tanto, a Sureg/MT foi selecionada por se tratar de região produtora onde, historicamente, a Conab realiza vultosas compras de mercadorias vinculadas à PGPM.

Dentro dessa proposta de trabalho, planejou-se realizar a auditoria no período da safra, compreendido entre abril e junho de 2009. Entretanto, a Audin foi demandada, no mesmo período, pela Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab para realizar uma auditoria extraordinária nas Unidades Armazenadoras da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, o que comprometeu o objetivo antes traçado. Logo, a auditoria de AGF não pôde ser realizada, o que levou a Audin a incluir essa ação no PAINT 2010.

Por outro lado, as auditorias programadas com o objetivo de verificar as intervenções realizadas pela Conab sem formação de estoque por meio dos programas de garantia e sustentação de preços (PEP, PROP e PEPRO) foram realizadas. O resultado dos trabalhos serão a seguir pormenorizados.

7.2.1 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – Pepro.

Trata-se de ação de auditoria de Acompanhamento de Gestão consignada no PAINT 2009 com o propósito de “avaliar a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM”. Essa atividade finalística da Companhia se reveste de importância estratégica, vez que se relaciona diretamente com o objetivo estratégico de “Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos”.

No âmbito da PGPM decidiu-se avaliar as intervenções realizadas pela Conab sem formação de estoque por meio dos programas de garantia e sustentação de preços. Assim, levando-se em conta os critérios de relevância e materialidade, nesta ação de auditoria foi selecionado o Programa Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa –

Pepro de algodão, executado pela Sureg/BA e comprovado no âmbito daquela Unidade da Federação.

O programa consiste na concessão de subvenção ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se comprometa a vender o produto – e escoá-lo para regiões previamente definidas – pela diferença entre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. A necessidade de intervenção do Governo Federal se dá quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo.

Os trabalhos foram realizados na Sureg/BA com o intuito de:

- Avaliar a conformidade normativa na execução do programa de subvenção econômica – PEPRO, iniciadas no exercício de 2008 e concluídas até junho de 2009;

- Avaliar a efetividade das intervenções da Companhia por meio do programa de subvenção – PEPRO, iniciadas no exercício de 2008 e concluídas até junho de 2009.

O resultado do trabalho evidenciou a importância do programa como instrumento eficaz de apoio à sustentação de renda dos produtores rurais. Por outro lado, constatou-se a necessidade de reformar os normativos que estabelecem as condições para realização das operações, de forma a evitar interpretações dúbias por lacunas ou falta de clareza.

Esse trabalho destacou, também, a importância da fiscalização nos locais de produção (origem) e nos estados de consumo (destino), como instrumento necessário para coibir práticas irregulares.

7.2.2 Prêmio De Risco Para Aquisição De Produto Agropecuário Oriundo De Contrato Privado De Opção De Venda – PROP

O Programa PROP é um instrumento indispensável ao fortalecimento e desenvolvimento da avicultura de grande porte, inclusos aí a produção de ovos e abate de aves para consumo. O prêmio de risco – PROP indeniza a transferência de grãos das regiões produtoras, criando condições para que as avícolas se desenvolvam, ganhem escala, gerem mais postos de trabalho e, em última instância, reduzam os preços praticados para os produtos de consumo da população regional.

Para avaliar a efetividade e a extensão dos benefícios gerados pelo Programa de Garantia de Preços Mínimos – PGPM na modalidade Prêmio de Risco para a Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda– PROP, foram visitadas várias propriedades dos arrematantes no Estado da Paraíba (um dos locais de escoamento do produto). Por meio de entrevistas pessoais, relatos, fotos e pequenos vídeos, atestou-se que o Programa é vital para o desenvolvimento do Estado, principalmente para avicultura de grande porte. Em várias oportunidades foram obtidos relatos da importância do Programa e da Companhia para o desenvolvimento desse segmento em municípios como Guarabira e Pedra de Fogo, dentre outros.

O progresso e a geração de empregos é uma realidade advinda da operacionalização do Programa e a competitividade do setor já se assemelha às demais regiões industrializadas e próximas da produção do grão objeto do escoamento, observando-se que os produtos derivados (frango congelado, cortes de frango congelado e ovos) já estão sendo

exportados para Estados vizinhos e vislumbra-se a curto prazo a exportação de frango congelado para países localizados no Oriente Médio.

7.2.3 Prêmio de Escoamento de Produto - PEP

O Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) possibilita ao governo garantir o preço mínimo ao produtor ou cooperativa sem que haja necessidade de adquirir o produto. Consiste em uma subvenção econômica concedida ao segmento definido no Aviso Específico, a ser arrematado em leilão público, para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal. Posteriormente o arrematante compromete-se a promover o escoamento para as regiões de consumo previamente estabelecidas. Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Para o exercício de 2009, foram desenvolvidos trabalhos no âmbito da Sureg/GO, com extensão a sua área de jurisdição, merecendo comentários os fatos considerados relevantes, obtidos com base na análise dos processos autuados para as operações de milho, feijão e leite *in natura,* realizadas de janeiro de 2008 a junho de 2009. Foram efetuadas entrevistas e visitas *in loco à*s propriedades e instalações dos principais beneficiados pelo PEP.

A utilização desse instrumento propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento. Entretanto, sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência do grande volume de documentos necessários à comprovação da operação. Ademais, apesar da documentação selecionada na amostra atender formalmente a exigência dos avisos específicos, verificou-se que existem alguns artifícios utilizados pelos participantes nas operações que só são identificados por intermédio de denúncia ou visita *in loco* aos segmentos envolvidos.

Por meio das visitas realizadas, verificou-se indícios de fraudes em algumas das operações de subvenção, que foram posteriormente comunicadas às áreas responsáveis da Companhia, para adoção das medidas cabíveis.

7.3. Programa de Modernização da Tecnologia da Informação - PMTI

Dentro do contexto do “Programa de Revitalização da Companhia Nacional de Abastecimento”, atualmente em andamento por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, merece destaque o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico: “Dotar a Companhia de Infra-estrutura de TI Atualizada” do Mapa Estratégico Corporativo. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos.

O objetivo desta auditoria foi o de verificar a execução das ações previstas no PMTI por meio do Acordo de Cooperação Técnica ABC/PNUD, Projeto BRA/03/034.

Foram analisados: o cumprimento das metas, do cronograma e do orçamento; os fatores críticos para o sucesso do projeto e a efetividade do mesmo.

Verificou-se a execução dos sete (7) subprojetos, no período de 2004 a 2008 com análise dos seguintes aspectos: execução orçamentária, metas físicas e cronograma de execução. Buscou-se também averiguar o impacto do PMTI como suporte dos objetivos finalísticos da Companhia.

Embora o PMTI necessite de melhorias nos controles para o seu adequado acompanhamento e enfrente dificuldades de execução em virtude da problemática de escassez de mão-de-obra para realização de suas atividades, a equipe de Auditores Internos considerou que o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação atende ao seu propósito de contribuir para o crescimento da Companhia através do aprimoramento e desenvolvimento dos sistemas de suporte às atividades por ela realizadas.

8. Avaliação dos Indicadores de Desempenho

Indicadores, via de regra, servem para mensurar o desempenho de uma organização. A seleção desses indicadores leva em conta, entre outros, os seguintes aspectos: a) indicadores claros e objetivos, válidos, quantificáveis, não redundantes, rastreáveis, controláveis, precisos, completos e confiáveis; b) existência de metas claramente definidas a serem atingidas em um dado período; c) existência de prioridades no que concerne à importância relativa de cada indicador no conjunto. Ademais, trata-se de uma prática salutar, quando da elaboração de indicadores de desempenho atentar-se para os princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Atualmente, vêm ganhando importância na Administração Pública o desenvolvimento de metodologias de planejamento, gerenciamento e avaliação, dotadas de meios para se aferir o desempenho e os resultados obtidos pelas ações de Governo.

O Governo Federal ao estabelecer que todas as ações destinadas a proporcionarem bens ou serviços para atendimento às demandas da sociedade fossem estruturadas em Programas, condicionou que estes fossem constituídos de indicadores destinados a quantificar a situação que se pretendia modificar. Dessa forma, buscou-se integrar por meio dos programas do PPA, o planejamento, o orçamento e o gerenciamento, de maneira a orientar as decisões dos agentes públicos para o alcance dos objetivos da ação governamental.

A Administração Direta e Indireta realiza o acompanhamento desses indicadores por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual – Sigplan.

As atividades desenvolvidas pela Conab estão inseridas em quatro (4) programas e distribuídas em 25 ações. Pela relevância estratégica do tema, decidiu-se por implementar trabalhos de auditoria orientados para o acompanhamento da gestão do Plano Plurianual, por meio da avaliação dos indicadores vinculados aos programas e ações da Companhia.

A Conab, por meio do Sigplan, acompanha aproximadamente 45 indicadores de desempenho, classificados como indicadores de eficácia. Entende-se por eficácia a medida do grau de atingimento das metas fixadas para um determinado projeto, atividade ou programa em relação ao previsto.

Ressalta-se que, a Superintendência de Orçamento e Avaliação – Supor definiu ao longo do ano de 2009 uma série de indicadores de desempenho de eficiência e efetividade que ainda não foram implementados na Companhia. Por essa razão, a análise da Audin restringiu-se apenas aos indicadores de eficácia.

O objetivo da análise proposta pela Audin foi certificar-se que os indicadores definidos pela Companhia para acompanhamento de suas ações governamentais atendem aos critérios de representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade e estabilidade. Para tal, dentre os 45 indicadores mencionados, a Audin entendeu por bem selecionar uma amostra composta por

aqueles indicadores diretamente relacionados às ações de auditoria executadas ao longo do ano de 2009.

A amostra foi composta por seis (6) indicadores representando 13% do total, foram eles: a) percentual de execução financeira com a contribuição à previdência privada, b) percentual de execução financeira da fiscalização dos estoques e das operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, c) percentual de gastos com a recuperação/modernização da rede armazenadora própria, d) percentual de unidades armazenadoras da rede própria recuperadas/modernizadas, e) percentual de execução da meta física, e f) percentual de aplicação dos recursos financeiros em manutenção e modernização.

A seguir, apresenta-se a avaliação dos referidos indicadores realizada por essa Unidade de Auditoria.

A tabela 5 ilustra os seis indicadores selecionados e o resultado das avaliações feitas sob os critérios de Representatividade, Homogeneidade, Praticidade, Validade, Independência, Simplicidade, Cobertura, Economicidade, Acessibilidade e Estabilidade.

Tabela 5

Avaliação dos Indicadores de Desempenho Selecionados

Nº	INDICADOR	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	**Percentual de Execução Financeira com a Contribuição à Previdência Privada**	S	S	NS	S	S	S	NS	S	S	S
2	**Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários**	S	NS	NS	S	NS	S	NS	S	S	S
3	**Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria**	S	S	S	S	S	S	NS	S	S	S
4	**Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas / Modernizadas**	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
5	**Percentual de Execução da Meta Física**	S	S	S	S	NS	S	NS	**S**	**S**	**S**
6	**Percentual de Aplicação dos Recursos Financeiros em Manutenção e Modernização**	S	S	NA	S	S	S	NS	NA	NA	NA

Legenda:

S – Satisfatório; **NS –** Não satisfatório; **NA –** Não avaliado.

A - Representatividade: o indicador deve ser a expressão dos produtos essenciais de uma atividade ou função; o enfoque deve ser no produto: medir aquilo que é produzido, identificando produtos intermediários e finais, além dos impactos desses produtos;

B - Homogeneidade: na construção de indicadores devem ser consideradas apenas variáveis homogêneas;

C - Praticidade: garantia de que o indicador realmente funciona na prática e permite a tomada de decisões gerenciais. Para tanto deve ser testado;

D - Validade: o indicador deve refletir o fenômeno a ser monitorado;

E - Independência: o indicador deve medir os resultados atribuíveis às ações que se quer monitorar, devendo ser evitados indicadores que possam ser influenciados por fatores externos à ação do gestor;

F - Simplicidade: o indicador deve ser de fácil compreensão e não envolver dificuldades de cálculo ou de uso;

G - Cobertura: os indicadores devem representar adequadamente a amplitude e a diversidade de características do fenômeno monitorado, resguardados os princípios da seletividade e da simplicidade;

H - Economicidade: as informações necessárias ao cálculo do indicador devem ser coletadas e atualizadas a um custo razoável, em outras palavras a manutenção da base de dados não pode ser dispendiosa;
I - Acessibilidade: deve haver facilidade de acesso às informações primárias bem como de registro e manutenção para o cálculo dos indicadores;
J - Estabilidade: a estabilidade conceitual das variáveis componentes e do próprio indicador bem como a estabilidade dos procedimentos para a sua elaboração são condições necessárias ao emprego de indicadores para avaliar o desempenho ao longo do tempo.

- **Percentual de Execução Financeira com a Contribuição à Previdência Privada**

O indicador se relaciona com a ação "Contribuição à Previdência Privada" inserida no programa "Abastecimento Agroalimentar", cuja execução, prevista no PPA 2008/2011, é de responsabilidade da Conab.

O indicador tem o propósito de acompanhar a execução financeira e orçamentária das despesas da Conab previstas na Lei do Orçamento Anual – LOA na condição de patrocinadora do Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius. A meta é executar 100% do orçamento previsto.

De um modo geral o indicador foi considerado satisfatório como instrumento útil e necessário para o acompanhamento da ação e reflete adequadamente o fenômeno monitorado. No entanto, apresenta características não satisfatórias sob os critérios de praticidade e cobertura.

Relativamente ao critério de praticidade, o indicador não é útil como ferramenta de decisões gerenciais, uma vez que a Conab, obrigatoriamente, por força da legislação pertinente, tem que honrar com 100% dos compromissos assumidos com o Cibrius. Quanto ao critério de cobertura, entende-se que esse indicador não pode ser avaliado individualmente, pois não representa adequadamente a amplitude e a diversidade das ações da Companhia como patrocinadora do Instituto. Para tanto, faz-se necessário agregar indicadores de efetividade e eficiência.

- **Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários**

O indicador tem como objetivo o acompanhamento da execução orçamentária da dotação, prevista na Lei do Orçamento Anual – LOA, para a fiscalização dos estoques públicos adquiridos por meio das Aquisições do Governo Federal – AGF e as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários.

A aquisição de produto por meio de AGF está inserida na ação "Formação de Estoques Públicos" que integra o programa "Abastecimento Agroalimentar", cuja execução está a cargo da Conab. O programa de garantia e sustentação de preços, por outro lado, se relaciona com a ação "Garantia e Sustentação de Preços", que também está inserida no programa "Abastecimento Agroalimentar, contudo, é uma ação do Ministério da Fazenda, executada pela Conab.

Ao analisar o indicador sob os critérios definidos no inciso II do art 7.º da IN CGU n.º 01/2007, constatou-se que este não atende aos requisitos de homogeneidade, praticidade, independência e cobertura. Quanto aos demais requisitos, o indicador apresenta-se satisfatório.

No que diz respeito à homogeneidade, embora as variáveis sejam homogêneas, o indicador se propõe a monitorar duas ações diferentes, uma diz respeito à fiscalização dos estoques adquiridos pelo Governo Federal e a outra refere-se à fiscalização das operações de intervenção governamental sem formação de estoque e com a participação direta da iniciativa privada. Esse fator pode levar a interpretações distorcidas dos resultados apurados. Por consequencia, a característica de praticidade também não se faz presente, pois o indicador não fornece ao gestor resultados seguros e confiáveis para a tomada de decisão.

As operações de intervenção governamental com e sem formação de estoque sofrem forte influência de fatores externos impactando diretamente no critério de independência.

Por último, observa-se que a característica de cobertura não é satisfatória, pois o indicador não pode ser avaliado de forma isolada, visto que não representa adequadamente a diversidade e a amplitude das atividades monitoradas. Torna-se, portanto, imprescindível agregar indicadores que possibilitem aferir a eficiência e efetividade das intervenções governamentais no programa "Abastecimento Agroalimentar".

- **Percentual de Gastos com Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria**

O presente indicador tem como objetivo acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na Lei do Orçamento Anual – LOA, para a recuperação e modernização da rede própria de armazéns. A meta definida para esse indicador é de até 100% da dotação orçamentária prevista na LOA.

O referido indicador foi analisado, através dos critérios descritos na tabela 5, e constatou-se que o critério de cobertura não foi satisfatório na avaliação, pois não representa adequadamente a amplitude e a diversidade de características do fenômeno monitorado.

Observa-se que sob a ótica desse critério, o indicador fica prejudicado, pois ele não pode ser avaliado de forma isolada, visto que, não representa a diversidade e a amplitude que o critério exige. Caso haja aplicação dos recursos em Unidades Armazenadoras - UAs de grande porte, o percentual desse gasto poderá mascarar uma reduzida aplicação de recursos em UAs de menor porte. Por isso torna-se necessário agregar indicadores que mensurem a participação dos recursos empregados com a recuperação/modernização de cada UA.

- **Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas**

O presente indicador como o anterior também tem como objetivo acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na Lei do Orçamento Anual – LOA, para a recuperação e modernização da rede própria de armazéns. A meta estabelecida para esse indicador é atender no mínimo o numero de unidades previstas para recuperação e/ou modernização.

O referido indicador foi analisado, utilizando-se dos mesmos critérios citados anteriormente. Constatou-se que o indicador dentre os seis indicadores avaliados foi o único satisfatório para todos os critérios de qualidade.

- **Percentual de Execução da Meta Física**

O indicador trata da aquisição de produtos da agricultura familiar e tem como objetivo acompanhar o número de famílias atendidas por meio dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com o MDA e com o MDS.

De uma forma geral, o indicador atende aos critérios estabelecidos. Embora, sob a ótica da independência e da cobertura, o indicador não seja inteiramente satisfatório.

Com relação a "independência", pode-se afirmar que o indicador sofre influências de fatores externos, como demanda, produção e mercado agrícola, ficando o cumprimento da meta prejudicado. Ademais, o repasse de recursos para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA é feito por meio de Acordo de Cooperação Técnica com os Ministérios, gerando dependência financeira.

O critério de "cobertura" também não é atendido a contento, uma vez que o indicador mede apenas um dos aspectos importantes do PAA, no caso, o fortalecimento da agricultura familiar. O Programa, além da finalidade de fortalecer a agricultura familiar, foi criado com o intuito de distribuir alimentos à pessoas em situação de insegurança alimentar e de formar estoques. Assim, apesar de ser um indicador importante para mensurar o desempenho do Programa, ele isoladamente não é suficiente para avaliar outros aspectos da sua execução.

- **Percentual de Aplicação dos Recursos Financeiros em Manutenção e Modernização**

De modo geral, o indicador criado pela Superintendência de Orçamento e Avaliação – Supor, embora ainda não esteja sendo acompanhado pela área responsável reflete o fenômeno a que se propõe monitorar, no caso, o acompanhamento orçamentário e financeiro dos recursos aplicados na realização de obras e serviços de manutenção e/ou modernização das estruturas administrativas da Matriz e das Superintendências Regionais.

Entretanto, este indicador não é plenamente satisfatório uma vez que não apresenta de forma individualizada os montantes aplicados, tanto nas Suregs quanto na Matriz. Esse fato permite que o indicador apresente distorções em seu resultado, impossibilitando ao gestor a tomada de decisões de forma tempestiva.

Em síntese, o acompanhamento orçamentário não deve ser o único indicador a ser avaliado, é necessário a mensuração de outros indicadores para que, combinados possibilitem avaliações capazes de demonstrar o valor agregado à Companhia pela aplicação eficiente de recursos.

Cabe ressaltar que, pelo fato não ter sido implementado, a análise dos critérios de economicidade, acessibilidade e estabilidade ficou prejudicada.

9. Procedimentos Licitatórios

9.1. Licitações e Contratos no Exercício de 2009

Como regra, toda e qualquer contratação com a Administração Pública pressupõe a realização de licitação, a qual deve estabelecer, de modo preciso e satisfatório, as condições de disputa e as cláusulas da futura contratação. Por isso, o procedimento interno inicia-se com a identificação da necessidade a ser atendida, a apuração das soluções técnicas e economicamente viáveis, a configuração do futuro contrato e, por fim, a conformação do procedimento destinado à contratação. Assim, a instauração da licitação pressupõe inúmeras atividades anteriores, pelas quais se definem as necessidades, identificam as conveniências, e estabelecem as condições da disputa e da contratação. É imperioso insistir sobre a relevância

dessa etapa interna, antecedente à elaboração do ato convocatório. Grande parte das dificuldades e a quase totalidade dos problemas enfrentados pela Administração ao longo da licitação e durante a execução do contrato podem ser evitados por meio de atuação cuidadosa e diligente nesta etapa interna. E para que se possa prevenir tais ocorrências, a ação da Audin se torna imprescindível para que sejam verificados os controles e a melhor atuação da Gestão Administrativa.

Dessa feita, em virtude da materialidade e da necessidade de acompanhar o processo licitatório no âmbito da Conab, a Audin deflagrou, no decorrer do ano de 2009, auditorias internas na Matriz e nas Suregs: Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Rio Grande do Norte, para avaliar os grandes contratos de prestação de serviços e fornecimento de bens. Para tanto, foram verificados, de forma amostral, os autos das aquisições e contratações administrativas ocorridas no ano de 2008, nos quais analisou-se, em síntese, os seguintes tópicos: a) a devida aplicabilidade da regulamentação legal dos processos licitatórios; b) a estrutura e a obediência legal às fases interna e externa (regularidade do procedimento licitatório); c) pertinência e regularidade contratual e documental dos processos licitatórios e d) a padronização e a regularidade formal dos processos (incluindo, por exemplo, a verificação da motivação do gasto, da destinação dos bens e serviços e da atuação do fiscal do contrato).

Destarte, em análise dos dados colhidos, constatou-se que as contratações de compras, serviços e obras da Conab, no exercício de 2008, em regra seguiram a tramitação legal exigida pela Constituição Federal de 1988. Observou-se, na concretização das demandas, observância às disposições da Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/93) e da legislação específica, tais como, a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 5.450/2005, que versam sobre o Pregão e Pregão Eletrônico.

O apurado foi que, na quase totalidade dos casos, a aplicação tanto de dispensa como de inexigibilidade foi feita de forma correta e dentro dos parâmetros legais. Buscou-se, ainda, orientar as áreas envolvidas quanto à observância a aspectos formais imprescindíveis ao correto andamento do processo licitatório e, por conseguinte, da execução contratual, em especial no que se refere ao que se segue: a) que todos os procedimentos de aquisição e contratação sejam precedidos de planejamento específico, a fim de que a ação dispendiosa da Companhia seja subsidiada por instrumento apto e que tal planejamento conste dos autos do competente processo; b) em todos os procedimentos de aquisição e contratação façam constar, de forma clara e embasada, a motivação da aquisição ou contratação e a justificativa para tanto, especialmente no que se refere às contratações por inexigibilidade e dispensa de licitação; c) seja designado um fiscal em todos os contratos de suas respectivas responsabilidades, a fim de que o fornecimento e a qualidade dos produtos e serviços sejam acompanhados da forma devida, até o fim do estoque adquirido ou de sua execução, com emissão de relatórios de acompanhamento do gestor do contrato com periodicidade mínima de 6 meses para todos os contratos, em especial, os de prestação de serviços contínuos; d) no processo de licitação e contratação de bens e serviços priorize a organização formal e a obediência cronológica das fases do procedimento; e) sejam atendidos irrestritamente os artigos 7°, 8°, 14, 15 e 38 da Lei n° 8.666/93 os quais disciplinam a formalidade processual da licitação; f) sobre a necessidade de fiel cumprimento das fases interna e externa do procedimento licitatório; g) observem, no âmbito processual da licitação, as regras para estabelecimento de preço médio do mercado, com a juntada aos autos de orçamentos aptos a refletirem a situação do objeto na projeção de preços quando de uma prorrogação ou aditamento; e h) nos casos de contratação de empresas prestadores de serviços contínuos, sejam programadas antecipadamente, em prazo mínimo de 6 meses, a prorrogação do contrato (acaso seja possível) ou a abertura de uma nova licitação (quando houver impossibilidade de prorrogação).

Além da atuação da Auditoria Interna, a Conab conta com outro instrumento de controle e acompanhamento dos contratos administrativos por ela firmados. Trata-se do Siscot,

sistema desenvolvido pela Sutin, a cargo da Dirad, cujo acesso encontra-se disponível desde o dia 28 de setembro de 2009 a todos os empregados públicos e colaboradores da Companhia.

O sistema em questão, Siscot, tem por escopo possibilitar a administração e o controle preciso pelas Superintendências Regionais e órgãos da Matriz dos contratos administrativos, cessões de uso de bens imóveis e demais avenças em curso nesta Empresa Pública, conferindo maior transparência nas atividades referentes à gestão de tais instrumentos jurídicos, além de viabilizar a prestação célere de informações aos órgãos internos de controle, como a Audin e a Coger, e externos, como o Tribunal de Contas da União - TCU e a Controladoria-Geral da União - CGU.

9.2. Acompanhamento das Contratações Diretas

Para que fosse cumprida a demanda do Conselho Fiscal da Conab de acompanhamento das contratações diretas feitas pela empresa e pelo latente risco inerente que envolve tais procedimentos, ao longo do exercício de 2009 a Audin efetuou o acompanhamento diário de tais contratações, por meio da análise das publicações dos contratos firmados pelas Superintendências Regionais e pela Matriz no Diário Oficial da União – DOU. Ademais, o acompanhamento em questão foi subsidiado pelas informações prestadas pelas Suregs e Matriz conforme solicitação da Audin, via comunicação interna.

Durante o acompanhamento em apreço constatou-se, em síntese, a correta utilização da modalidade licitatória para as diversas contratações realizadas, mas, por outro lado a equivocada ou incompleta explicitação formal do seu fundamento legal na publicação no DOU. Dentre outras, no âmbito da Matriz e Suregs, foram analisadas, via publicação no DOU, as contratações atinentes aos seguintes objetos: correios, serviços médicos conveniados (SAS), serviços de vigilância, serviços de limpeza, serviços advocatícios, serviços de telecomunicação (telefonia), despesas com capacitação e treinamento, assinatura de revistas e periódicos, manutenção de impressora, informática – rede de dados, manutenção de sistemas de informática e despesa com passagem aérea.

Saliente-se que as ocorrências em questão foram tratadas pontualmente pela Audin, que encaminhava à contratante (Sureg ou Matriz) Comunicação Interna, a fim de orientá-la quanto à mitigação das impropriedades encontradas e, consequentemente, preveni-la de novas ocorrências. Para ilustrar esse procedimento encontra-se anexo a este relatório a CI/Audin n° 026 de 22/01/2010 (**Anexo 2)**.

Por oportuno, cumpre ressaltar que o monitoramento efetuado pela Auditoria Interna durante o ano de 2009, originou 4 (quatro) relatórios trimestrais, apresentados ao Conselho Fiscal da Conab, que relataram as principais impropriedades ocorridas nas contratações diretas realizadas pelas Suregs e pela Matriz.

9.3. Treinamentos e Orientações Básicas Sobre Licitações e Contratos

Diante da constatação de focos de deficiências na capacitação técnica e a necessidade de aprimoramento rotineiro dos empregados responsáveis pela realização de procedimentos licitatórios e pelas contratações na Companhia, foram promovidos treinamentos, ao longo do ano de 2009, sobre conceitos teóricos e práticos, gerais e específicos, de licitações e contratos, para empregados das Superintendências Regionais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Goiás, Amazonas, São Paulo, Piauí, Rondônia, Ceará, Bahia, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Minas Gerais, Maranhão, Santa Catarina e Matriz. Por outro lado, foram realizados Cursos de Formação de Pregoeiros para os empregados das Suregs do Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná, Ceará, Amazonas, Espírito Santo, Piauí, Roraima, Goiás, São Paulo, Maranhão, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Matriz.

No total, foram qualificados e capacitados, durante o ano de 2009, 151 técnicos da Conab, segundo informações prestadas pela Gerência de Capacitação (Relatório de Atividades de Treinamentos por Área, versão 2009, fl. 81).

10. Execução de Convênios - MDA

A transferência de recursos, seja por meio de Convênios ou Acordo de Cooperação Técnica, é reconhecidamente sensível a riscos inerentes. Por essa razão decidiu-se deflagrar uma ação de auditoria para avaliar o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Conab e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, objeto da Portaria n.º 69, de 30/07/2008, onde a Conab atuou na condição de convenente. Os recursos foram originários do MDA para execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, na modalidade de Compra Antecipada – Estoque (CPR estoque).

O escopo dos trabalhos consistiu em ações de auditoria específicas para verificação *in loco* da execução do Acordo, de forma a obter evidências da adequação, efetividade e equidade da aplicação de recursos públicos no PAA. Complementarmente foi realizada análise de conformidade normativa, em especial no que se refere ao processo de prestação de contas ao órgão concedente.

O Acordo movimentou recursos na ordem de R$ 94.352.869,50 e a seleção das Superintendências Regionais a serem auditadas obedeceu, em primeiro lugar, ao critério da materialidade. Além disso, foram priorizadas aquelas Suregs não contempladas com auditoria de PAA em 2008, privilegiando aquelas que apresentaram maior volume de recursos efetivamente executados. Os exames foram estendidos à Matriz onde são centralizados os procedimentos de elaboração do processo de prestação de contas. Assim sendo, foram auditadas as Superintendências Regionais de SC, SP e PR.

Como resultado das análises a Audin não constatou ocorrências graves, mas pequenas disfunções relacionadas à conformidade normativa, que mereceram recomendações orientativas de procedimentos explicitadas nos Relatórios de Auditoria. Por outro lado, evidenciou-se a regular aplicação dos recursos públicos e do processo de prestação de contas.

11. Consistência da Folha de Pagamento – Serviço de Assistência à Saúde-SAS

No âmbito da folha de pagamento da Companhia, planejou-se deflagra uma ação de auditoria no Serviço de Assistência à Saúde da Companhia – SAS, oportunidade na qual também seria verificada a regularidade dos pagamentos efetuados às empresas de consultoria e os reembolsos de serviços prestados por empresas não credenciadas. Ressalte-se que a auditoria em questão foi solicitada pela Superintendência de Recursos Humanos da Conab, em razão do relatado na Auditoria realizada em 2008 na área SAS.

No entanto, em razão das recomendações de auditoria efetivadas no ano de 2008, foi criada uma Gerência de SAS, a Gesas, para tratar de forma especializada os assuntos da área. Assim, no decorrer do ano de 2009, a unidade em apreço estava em processo estruturação, fator este que inviabilizou a realização da aludida auditoria programada. Todavia, este tópico será oportunamente retomado pela Audin.

12. Processo de Prestação de Contas da CONAB.

Compete regimentalmente à Auditoria Interna examinar a consistência e adequação das demonstrações econômico-financeiras e da Prestação de Contas Anual da Companhia emitindo o Parecer da Auditoria Interna. Por essa razão, a Audin realizou seis auditorias contemplando as Superintendências Regionais do Mato Grosso, Ceará, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina e Matriz.

Das análises levadas a efeito foi possível certificar-se da regularidade do Processo de Prestação de Contas da Companhia, ressalvando, no entanto, aspectos relacionados aos estoques públicos e registros contábeis inadequados.

13. Auditoria Contábil e Financeira - CF.

Compete regimentalmente a Auditoria Interna promover *in loco* auditoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Assim sendo, num universo de 27 Superintendências Regionais mais a Matriz, foram selecionadas, inicialmente, 7 Superintendências a serem auditadas, a saber: Pará, Tocantins, Piauí, Goiás, Maranhão, Amazonas e Alagoas, e no decorrer do exercício, por demanda da Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab, foi incluída a Superintendência do Rio Grande do Sul.

Nessas ações, buscou-se a otimização da gestão orçamentária e financeira da Companhia e as recomendações para a correção das falhas foram direcionadas às Superintendências Regionais para conhecimento e implantação. Encontrou-se, ainda, fragilidades nos procedimentos de apuração dos estoques da Companhia, visto que o sistema utilizado para essa finalidade não estava completamente desenvolvido. Também foram constatados divergências dos saldos das contas de depósitos para recursos judiciais, entre o Siafi e a instituição financeira depositária.

14. Análise de Riscos das Ações de Auditoria de 2009.

Para cada ação de auditoria proposta para o ano de 2009, foi realizada uma prévia análise de riscos, na qual a Geris mapeou prováveis pontos de fragilidades. Durante os trabalhos de auditoria, estes riscos foram confirmados e outros não previstos foram identificados, e, com seus impactos e soluções mitigadoras, seguem elencados nas tabelas na sequência:

RISCOS – CIBRIUS	
Pré-identificados	**Pós-identificados**
a) A Ausência de um plano de contingência para a área de tecnologia da informação (informática); estruturação da área aquém das necessidades requeridas; b) Deficiências no processo de gestão, em vista da ausência de manual de governança corporativa, relatório gerencial corporativo, atendimento aos participantes, normativos internos para alguns processos; c) Incapacidade de cobertura dos compromissos de médio e longo prazos (provisões matemáticas de benefícios a conceder), cuja insuficiência atuarial posicionada em	a) Relativamente aos riscos pré-identificados de que tratam os itens "**a**" e "**b**", estes foram devidamente mitigados. b) Relativamente ao item "**c**", constitui-se no principal risco da entidade, e, não obstante as iniciativas para o equacionamento do problema nos últimos tempos, estas não vêm sendo materializadas e implementadas dentro da celeridade requerida. Isto vem recrudescendo, cada vez mais, o risco de insolvência. c) No tocante ao item "**d**", ha também risco de descapitalização da entidade e de um aumento significativo da contribuição dos participantes. d) Quanto ao item "**e**" dos riscos pré-identificados, o julgamento favorável à inserção de empregados no atual plano de benefícios sem o pagamento da respectiva jóia poderá contribuir para a aceleração do processo de descapitalização da entidade. f) no tocante ao item "**f**", a maturidade do plano atual já esta em seu grau máximo de capitalização e, como não há adesão de novos participantes, o patrimônio da entidade esta em declínio.

31.12.2008 atingiu R$ 537.940.646,13;

d) Ações judiciais impetradas por assistidos do plano de benefícios, pleiteando a mudança de indexador do TR para INPC/IBGE;

e) Ações impetradas por empregados da patrocinadora (reintegrados e anistiados), pleiteando a integração no plano de benefícios (Benefício Definido), sem o pagamento da jóia de obrigação;

f) Inviabilidade de inserção de novos participantes no atual Plano de Benefícios, sob a modalidade de Benefício Definido, o que contribui para o declínio patrimonial da entidade.

Impactos possíveis

- O não equacionamento das insuficiências atuariais dentro da urgência requerida;
- Insolvência e, por consequência, a liquidação da entidade.

Medidas mitigadoras propostas

a) Área de Informática: implantação do Plano de Contingência; implantação de norma de senhas; aquisição de aplicativo de comunicação interna; aquisição de micros no âmbito do processo de atualização do parque tecnológico; modernização do Site do Instituto, com maior disponibilização de informações aos usuários.

b) Área Financeira: aprimoramento dos controles de contas a pagar e a receber, com a atualização dos processos por meio eletrônico; implementação de controles com o objetivo de proporcionar maior segurança nas operações da entidade.

c) Área de Investimentos: maior aderência dos procedimentos às diretrizes consubstanciadas da Política de Investimentos e nas decisões do Comitê de Investimentos; maior consistência da análise da relação risco X retorno, na alocação de recursos; maior efetividade no processo de acompanhamento e análise.

d) Implementação do Manual de Governança Corporativa, contemplando os princípios de equidade e integridade, responsabilidade, transparência, prestação de contas, qualidade e compromisso e respeito, como também os compromissos dos órgãos estatutários.

e)Agilizar a conclusão dos estudos relativos ao saldamento e fechamento do atual plano de benefícios (Benefício Definido), e a criação de um novo plano sob a modalidade de Contribuição Variável.

f) Maior interação entre o Cibrius e a Patrocinadora, no sentido de deflagrar ações conjuntas voltadas à agilização do processo de saldamento e fechamento do atual plano de Benefício Definido, como também a criação de um novo plano de Contribuição Variável. Além do equacionamento das insuficiências atuariais hoje prevalecentes, a iniciativa deverá contemplar a alteração do indexador do plano (de TR para INPC/IBGE) + 6% a.a.), aplicável na atualização dos benefícios, como também dos créditos contratados junto à patrocinadora. Por outro lado, a criação do novo plano viabilizará a entrada de novos participantes, reforçando, por conseguinte, o processo de capitalização da entidade.

observação:

Para atendimento do disposto no artigo 12 da Resolução CGPC nº 12/2004, o Cibrius conta com uma Matriz de Riscos, que contempla as atividades de gestão, mensuração dos impactos dos riscos em função dos controles mantidos pela entidade, a identificação dos fatores fundamentais que efetivamente determinam o nível e o grau de risco, envolvendo os aspectos de materialidade, relevância, imagem, desempenho e criticidade, sob o ponto de vista dos Riscos Operacional, Legal e Atuarial. A avaliação envolve indicadores relativos às atividades de Cadastro, Benefícios, Arrecadação, Investimentos, Administrativas e Gerencial.

Especificamente quanto às atividades de Investimentos, que contempla dos recursos garantidores do plano de benefícios, a política praticada pela entidade contempla o gerenciamento e controle dos riscos inerentes, principalmente os derivados de mercado, de crédito, de degradação da qualidade de crédito, de liquidez, operacional e de controles internos e os de natureza legal.

RISCOS – PRESTAÇÃO DE CONTAS

Pré-identificados

a)Procedimentos contábeis e financeiros inadequados;
b)Falta de padronização das rotinas contábeis e financeiras;
c)Estrutura de recursos humanos
d)Falha dos normativos ;
e)Falhas nos sistemas de estoques;
f)Inconsistência nos relatórios de sistemas;
g)Existência de débitos sem garantia de

Pós-identificados

a) Falhas no sistema de controle de estoques:
- Relatórios extra-contábeis inconsistentes gerando insegurança quanto à compatibilidade dos saldos contábeis;
- Manutenção corretiva e evolutiva do sistema de controle de estoques executada exclusivamente por consultores externos.

b) Estrutura orgânica inadequada:
- A estrutura orgânica do setor contábil das Suregs favorece a não segregação de funções;
- Concentração das atividades de empenho, liquidação, pagamento e fiscal no

estoques ou inscritos na dívida ativa; i)Falhas nos controles internos.	mesmo setor. c) Estrutura de recursos humanos inadequada: • Profissionais com formação contábil em número insuficiente para a execução das tarefas; • Sobrecarga de trabalho. d) Adequação à Lei 11.638/07: • Falta de adequação de alguns procedimentos contábeis às mudanças introduzidas na Lei 6.404/76 pela Lei 11.638/07.

Impactos possíveis

- Retrabalho;
- Notificações dos órgãos tributários e de controle;
- Falhas na operacionalização;
- Prejuízos à imagem da Companhia.

Medidas mitigadoras propostas

- Análise e identificação das inconsistências e compatibilização dos saldos contábeis;
- Acompanhamento sistemático dos saldos contábeis;
- Criação de setores específicos de modo a permitir a segregação de funções;
- Realização de concurso público para as áreas de TI e setor contábil das Suregs e Matriz;
- Implementação dos procedimentos contábeis necessários à adequação das Demonstrações Contábeis da Conab à Lei 11.638/07.

RISCOS – UNIDADES ARMAZENADORAS

Pré-identificados	Pós-identificados
a) Falha nos controles internos; b) Impropriedades na Administração de RH; c) Ausência de estratégia; d) Deficiência de informações; e) Falhas na administração dos recursos; f) Problemas de estrutura física das UAs; g) Recursos tecnológicos inadequados.	a) Problemas de estrutura física das UAs: • Equipamentos insuficientes, sucateados e inoperantes: falta de um programa de manutenção permanente com o objetivo de minorar as constantes panes/quebras de equipamentos; • Capacidade das balanças, secadores e outros equipamentos aquém da demanda exigida; • Instalações elétricas precárias. b) Ausência de estratégia: • Pouca iniciativa da Sureg em relação ao processo de certificação das unidades armazenadoras. c) Administração de RH: • Carência de mão-de-obra qualificada; • Desvios de função; • Faixa etária avançada da mão-de-obra, não sendo condizente com o tipo de trabalho executado. d) Recursos tecnológicos: • Equipamentos de informática estão obsoletos e ultrapassados.

Impactos possíveis

- Riscos à concessão para armazenagem;
- Não cumprimento das metas estabelecidas;
- Perdas financeiras;
- Falta de informações para a tomada de decisões;
- Prejuízos a imagem da Companhia;
- Perda de produtos.

Medidas mitigadoras propostas

- Providências para que as UAs sejam dotadas de condições técnicas para a certificação;
- Sensibilização dos empregados sobre os corretos procedimentos operacionais por meio da disseminação das normas contidas no MOC;
- Dotar as UAs de quadro de pessoal compatível com as necessidades;
- Cursos de reciclagem permanentes nos diversos programas e equipamentos.

RISCOS – PGPM (Programas de Subvenção)

Pré-identificados	Pós-identificados
a) Recursos tecnológicos inadequados; b) Falhas nos normativos internos; c) Impropriedade na Administração de RH; d) Falha nos controles internos; e) Fraudes ou irregularidades; f) Falha no planejamento das operações.	a) Falhas nos normativos internos: • Situações não previstas nos avisos específicos (lacunas) ou prejudicadas pela falta de clareza, podendo gerar interpretações dúbias; • Grande quantidade de Comunicados emitidos pela área operacional estabelecendo novas regras, alterando cláusulas ou prazos antes definidos nos avisos específicos, podendo gerar dúvidas e incertezas nos técnicos responsáveis pelas análises documentais. b) Administração de RH: • O volume de documentos necessários à execução do programa é elevado e não existe na Sureg uma unidade organizacional específica para a sua

adequada execução e controle, sendo ainda inadequado o dimensionamento da equipe existente para a realização de tais atividades.

c) Recursos tecnológicos:
- Inexistência de sistemas informatizados para acompanhamento e controle interno das operações tornando o processo manual frágil e inseguro.

d) Fraudes ou Irregularidades;
- Constatou-se indícios de irregularidades em um dos instrumentos de subvenção que foram encaminhados a área responsável para as providências cabíveis.

Impactos possíveis

- Perdas financeiras;
- Notificações dos órgãos de controle;
- Prejuízos a imagem da Companhia;
- Retrabalho;
- Não cumprimento das metas estabelecidas.

Medidas mitigadoras propostas

- Melhoria na elaboração dos avisos específicos visando a redução de emissão de Comunicados;
- Estudo sobre o adequado redimensionamento do quadro;
- Realização de treinamentos específicos;
- Desenvolvimento de sistema de informática para controle das operações de subvenção;
- Intensificação da fiscalização.

RISCOS – PMTI

Pré-identificados

a) Falha no planejamento ;
b) Falha na definição de responsabilidades;
c) Falha no dimensionamento dos recursos a serem utilizados;
d) Falhas nos controles internos;
e) Deficiência de informações;
f) Pouco envolvimento dos gestores;
g) Inadequação da estrutura de RH.

Pós-identificados

a) Falhas nos controles internos:
- Acompanhamento da execução financeira não é realizado por subprojeto.

b) Deficiência de informações:
- Dados e informações consolidadas não proporcionando um meio adequado para tomada de decisões.

c) Inadequação da estrutura de RH:
- Utilização de consultores externos do PNUD como substitutos das funções exclusivamente de empregados do quadro.

d) Risco de insucesso do projeto:
- Não existência hoje de corpo funcional próprio para dar continuidade às atividades resultantes do projeto.

e) Falha no planejamento:
- Atrasos e reprogramações de atividades até problemas de contratação de mão de obra.

Impactos possíveis

- Insucesso do projeto;
- Não cumprimento das metas estabelecidas;
- Falta de informações para tomada de decisão;
- Notificações dos órgãos de controle;
- Paralisação das atividades da Companhia.

Medidas mitigadoras propostas

- Realização de concurso público para recomposição do quadro funcional;
- Planejamento emergencial contendo a estratégia a ser adotada para garantir a continuidade das atividades de TI ao final do contrato com o PNUD, no caso de não recomposição do quadro funcional da área em tempo hábil;
- Aprimoramento dos controles e do acompanhamento financeiro do Projeto;
- Maior interação com as áreas para que os sistemas atendam às necessidades dos usuários de forma satisfatória.

RISCOS – CONTÁBIL/FINANCEIRA

Pré-identificados

a) Falhas nos controles internos;
b) Impropriedade na Administração de RH;
c) Falha dos normativos;
d) Deficiência de informações;
e) Problemas de estrutura física;
f) Deficiência de recursos tecnológicos;
g) Risco de imagem da Companhia;

Pós-identificados

a) Falhas no sistema de controle de estoques:
- Relatórios extra-contábeis inconsistentes gerando insegurança quanto à compatibilidade dos saldos contábeis;
- Manutenção corretiva e evolutiva do sistema de controle de estoques executada exclusivamente por consultores externos.

b) Estrutura orgânica inadequada:
- A estrutura orgânica do setor contábil das Suregs favorece a não segregação de funções;
- Concentração das atividades de empenho, liquidação, pagamento e fiscal no mesmo setor.

c) Estrutura de recursos humanos inadequada:

- Profissionais com formação contábil em número insuficiente para a execução das tarefas;
- Sobrecarga de trabalho.

d) Falhas nos controles internos:
- Incompatibilidade dos saldos contábeis das contas de depósitos recursais e judiciais com os relatórios da Caixa Econômica Federal.

Impactos possíveis

- Retrabalho;
- Notificações dos órgãos tributários;
- Notificações dos órgãos de controle;
- Falta de informações para tomada de decisão;
- Falhas na operacionalização;
- Perdas financeiras;
- Prejuízos à imagem da Companhia.

Medidas mitigadoras propostas

- Análise e identificação das inconsistências e compatibilização dos saldos contábeis;
- Acompanhamento sistemático dos saldos contábeis;
- Criação de setores específicos de modo a permitir a segregação de funções;
- Realização de concurso público para as áreas de TI e setor contábil das Suregs e Matriz;
- Ação conjunta da área jurídica e contábil na conciliação dos saldos dos depósitos recursais e judiciais;
- Desenvolvimento de sistema informatizado que possibilite maior controle das ações judiciais em curso na Companhia.

RISCOS – LICITAÇÕES e CONTRATOS

Pré-identificados

a) Falha de planejamento na licitação;
b) Ausência de acompanhamento dos contratos;
c) Falha na instrução dos processos;
d) Ausência de segregação de função;
e)Impropriedade na Administração de RH;
f) Fraudes ou irregularidades;
g) Falha dos normativos;
h) Deficiência de recursos tecnológicos;
i) Falhas nos controles internos.

Pós-identificados

a) Falha de planejamento na licitação:
- Ausência de planejamento específico para cada contratação;
- Ausência de motivação e justificativas formais e explícitas.

b) Ausência de acompanhamento dos contratos:
- Ausência de fiscal de contrato.

c) Falha na instrução dos processos:
- Processos instruídos de forma inadequada.

d) Falha dos normativos:
- Ausência de um normativo interno que oriente as áreas com relação às contratações.

e) Impropriedade na Administração de RH:
- Carência de pessoal treinado e capacitado para atuar na área de Licitações e Contratos.

Impactos possíveis

- Aditamentos contratuais anti-econômicos;
- Perdas financeiras;
- Notificações dos órgãos de controle;
- Prejuízos à imagem da Companhia;
- Prejuízos legais (impugnações no procedimento licitatório/ cancelamento de contratos);
- Interrupção dos serviços relevantes para a Companhia.

Medidas mitigadoras propostas

- Atentar para que as contratações sejam precedidas de estudo de exequibilidade das propostas;
- Elaboração de planejamento anual para as necessidades e contratações das áreas;
- Atentar para a correta e formal instrução dos autos;
- Uniformização de procedimentos que regulamentem internamente as minúcias dos procedimentos e processos licitatórios;
- Promoção de treinamento específico.

RISCOS – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (PAA)

Pré-identificados

a) Recursos tecnológicos inadequados;
b) Falhas nos normativos internos;
c) Impropriedade na Administração de RH;
d) Falha nos controles internos;
e) Fraudes ou irregularidades;
f) Falhas na operacionalização.

Pós-identificados

a) Recursos tecnológicos inadequados:
- Inexistência de software específico para controle e acompanhamento do programa.

b) Falhas na instrução dos processos:
- Falta de numeração e documentação nos processos.

c) Impropriedade na Administração de RH:
- Carência de pessoal para execução, acompanhamento e fiscalização dos projetos.

d) Falha nos controles internos:
- Inexistência de mecanismos eficazes de controle para acompanhamento dos contratos.

Impactos possíveis

- Desvio de finalidade do projeto;

- Fraudes e irregularidades;
- Perdas Financeiras;
- Prejuízos a imagem da Companhia;
- Notificações dos órgãos de controle.

Medidas mitigadoras propostas

- Impedir alterações no projeto sem a devida autorização da Conab;
- Implantar solução de tecnologia da Informação (TI);
- Deflagrar concurso para que a fiscalização/execução dos programas não seja prejudicada;
- Aprimorar os mecanismos de controle interno;
- Atentar para a correta instrução do processo.

Além dos trabalhos de identificação prévia dos riscos inerentes aos objetos definidos para as ações de auditoria previstas para o exercício, foram realizados pela Gerência de Riscos dois trabalhos com foco na identificação e avaliação dos pontos de fragilidades e das oportunidades dos processos relevantes da Companhia.

O primeiro, foi a análise do procedimento de remoção de milho operacionalizado pela Sureg - MT, no qual importantes aspectos foram levantados e para cada risco identificado foi proposta uma solução mitigadora.

Após, iniciou-se um trabalho na área de Fiscalização da Companhia com o objetivo de identificar melhorias potenciais nos processos da área por meio da análise pormenorizada dos métodos de trabalho, dos equipamentos utilizados, dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos disponíveis e dos normativos aplicáveis à execução das atividades. Espera-se com isso, otimizar a execução das atividades da área e maximizar a abrangência de seus trabalhos.

Cabe ressaltar que o último trabalho ainda encontra-se em fase de relatoria.

15. Problemática Administrativa – Gestão de Pessoas

O sucesso das ações de fortalecimento das atividades de auditoria interna depende fundamentalmente da consolidação da equipe de auditores internos da Companhia. O desenvolvimento de um quadro técnico de auditores internos de formação multidisciplinar, tecnicamente qualificado, estável, em número ideal e bem remunerado, é um dos grandes desafios dos gestores da Audin.

Não obstante a constatação de avanços obtidos em 2009 no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin ainda enfrentou dificuldades relacionadas à rotatividade de auditores internos.

A equipe da Audin conta atualmente com 19 (dezenove) auditores internos e 1 (uma) procuradora, distribuídos da seguinte forma: 1 (uma) Chefe de Auditoria Interna, 3 (três) Gerentes de Área, estando essas gerencias com o seguinte efetivo: 5 (cinco) auditores e 1 (uma) procuradora na Gerência de Suporte Técnico-Operacional, 9 auditores na Gerência de Auditoria e 1 (um) auditor lotado na Gerência de Riscos. Dos auditores internos em exercício, 6 (seis) aguardam aposentadoria e 3 (três) foram recém transferidos para a Audin e estão em período de adaptação, não gozando, portanto, de experiência na área como os demais.

Neste exercício 1 (um) auditor interno foi cedido para outro órgão e 1 (um) foi transferido para outra área da Companhia para exercer cargo gerencial.

De modo geral, as transferências internas ou externas de auditores internos são ensejadas por maiores benefícios salariais oferecidos, como gratificações e cargos

comissionados, ou pela reduzida jornada de trabalho. Por outro lado, significativa quantidade dos auditores que realizam auditorias em campo, qual seja 33,3% (3 dos 9 Auditores da Gerência de Auditoria), têm a expectativa de logo se aposentarem diante de um Plano de Demissão Voluntário – PDV.

Conforme pode-se depreender das descrições apresentadas no item 4.1, que relatam as movimentações ocorridas no quadro técnico da Auditoria Interna da Conab, é possível computar, a título ilustrativo, as seguintes entradas e saídas de auditores da unidade em questão:

Tabela 6

Movimentação do Quadro Técnico

Entradas	
Nome	**Motivo**
Maria do Socorro F. da S. Lopes	Transferência Interna.
Renato de Paula Falleiros	Transferência Interna.
Sérgio de Oliveira Amorim	Transferência Interna.
Sérgio de Oliveira Amorim	Transferência Externa.
Total:	***4***
Saídas	
Nome	**Motivo**
Daniela Ramos Sette	Transferência Interna
Sérgio de Oliveira Amorim	Transferência Externa.
Total:	***2***

Foram três as movimentações de entrada e duas de saídas de auditores internos no decorrer do exercício de 2009. Considerando-se que, no início do exercício em referência, o corpo técnico da Audin era composto por 18 (dezoito) auditores internos e que, no mês de dezembro de 2009, esse número aumentou para 20 (vinte), calcula-se que o índice de rotatividade[3] dos técnicos da auditoria interna tenha sido de 15,79%. Em relação ao ano de 2008 constatou-se uma redução de 8,53% no aludido índice, insuficiente, contudo, para reverter a problemática enfrentada pelos gestores da Audin e que foi objeto de análise e relato pormenorizado nos RAINTs de anos anteriores.

16. Ações de Capacitação

Investir nos novos auditores internos se mostra indispensável à própria continuação dos serviços desempenhados pela Audin.

Ao longo do ano de 2009 foram ministrados diversos cursos e palestras de capacitação aos empregados da Conab, havendo reiterada participação dos auditores internos da Audin, segundo pode se aferir no quadro abaixo (tabela 7):

3 **Índice de Rotatividade:** [(Entradas+Saídas) /2 x 100%] / [(n.º auditores internos no início de 2008 + n.º auditores internos ao final de 2008) /2]

Tabela 7

Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional

	CURSOS	Total Horas	Qtide Auditores
01	Seminário "O Poder da Transformação Pessoal"	32	08
02	Campeonato de Direito Processual Civil	02	01
03	Direito da Concorrência X Direito do Consumidor	03	01
04	VI Semana de Administ. Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	40	01
05	Pós-Graduação em Auditoria Governamental – POSEAD	2520	06
06	Curso em Auditoria Governamental – ABOP	120	03
07	SPA-MAPA-Atualização dos Instrumentos de Política Agrícola- BM&FBOVESPA	48	03
08	A Arte de Falar em Público – Mestre de Cerimônias	16	01
09	Prestação de Contas e Relatório de Gestão	12	06
10	A Importância da Mulher no Serviço Público	06	03
11	Armazenamento de Grãos Convencional e a Granel	48	01
12	Atualização dos Instrumentos da Política Agrícola	48	03
13	Microinformatica BrOffice - Writer e Calc.	40	01
14	Microinformatica BrOffice - Writer Avançado.	20	01
15	Auditoria Baseada na Avaliação de Riscos	32	02
16	De Frente Para Seu Futuro	04	02
17	Atualização Gramatical e a Nova Ortografia	40	02
18	Licitação e Fiscalização de Contrato	72	02
	Total	*3103*	

Em face dos cursos acima listados, os auditores internos da Conab aprimoraram suas técnicas em auditoria governamental; assim como agregaram ao seu conhecimento técnico embasamento teórico sobre licitações e contratos administrativos, além de outras capacitações de ordem técnica e comportamental, importantes para o desempenho das atividades de auditoria interna.

Os treinamentos sob análise visam atender ao disposto no tópico 2.8 do Manual de Auditoria Interna – MAI, o qual estabelece que os auditores internos deverão aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e outras competências, através da participação de conferências, seminários e programas de formação interna, em um continuado processo de desenvolvimento profissional.

Cumpre notar, que estava previsto no PAINT 2009, no item 7.4.1 o curso preparatório não-presencial, módulos I e II, ministrado pela Audibra, visando à certificação CIA – *Certified Internal Auditor*. No entanto, optou-se pela pós-graduação em Auditoria Governamental no intuito de embasar os conhecimentos dos auditores, para em etapa posterior, pleitear o curso preparatório para a certificação dos auditores.

Vale ressaltar, ainda, que ao incentivar a capacitação do seu corpo técnico, a Auditoria Interna tem direcionado esforços para atingir o percentual mínimo de 8% das horas anuais trabalhadas para a realização de treinamentos dos seus auditores internos.

A qualificação técnica dos auditores internos da Conab foi complementada com participações em cursos e palestras de interesse da área, de forma a incrementar novos conhecimentos à experiência multidisciplinar necessária às atividades de auditoria.

17. Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna

17.1. Normativos Internos

17.1.1. Manual de Auditoria Interna – MAI

O principal normativo interno da Unidade de Auditoria é o Manual de Auditoria Interna – MAI. Este, conforme seu item 11, é de observação compulsória por parte dos auditores internos, no desempenho de suas funções.

As atualizações do MAI são previstas em seu item 10, o qual consigna que a Auditoria Interna deverá revê-lo periodicamente e proceder sua atualização, quando necessário. Durante o exercício de 2009, foram realizadas diversas correções pontuais no Manual, as quais serão consolidadas com a publicação do MAI 2009, versão atualizada.

17.1.2. Manual de Gerenciamento de Riscos – MAR

Foi proposto no Plano Anual de Auditoria a elaboração do Manual de Gerenciamento de Riscos, no entanto, a Gerência responsável ainda está definindo e aprimorando uma metodologia de trabalho a ser implementada de forma permanente onde irá definir os conceitos, procedimentos e diretrizes da área.

Tal aperfeiçoamento acontece na medida em que os métodos estão sendo testados e considerados adequados e funcionais. Esses ensaios serão fundamentais para a construção do referido Manual, não sendo oportuno sua elaboração nesse momento.

Dessa forma, a Geris optou por postergar sua elaboração até a definição de uma metodologia de trabalho definitiva.

17.2. Desenvolvimento de Metodologias e *Softwares*

Após dois anos da entrada em produção do sistema Siaudi, alguns pontos de melhoria foram solicitados a área de Tecnologia da Informação - TI. Diante da problemática de recursos humanos nas áreas da Companhia, inclusive na área de TI, essa demanda da auditoria ainda não foi implementada.

Quanto ao módulo relativo aos programas de auditoria, ainda esta em estudo pela Audin o seu melhor formato, para serem inseridos dentro de um módulo específico.

17.3. Carreira do Auditor Interno

O PAINT, elaborado para o exercício de 2009, previa o desenvolvimento de um criterioso estudo no sentido de formatar uma proposta para inserção da carreira de auditor interno no Plano de Cargos e Salários da Companhia de forma segregada.

Após discussões internas decidiu-se que o momento não era apropriado para que a Audin encaminhasse à Alta Administração da Companhia um pleito dessa natureza, visto que um

novo Plano de Cargos e Salários já estava formatado e em fase final de análise e aprovação pelo DEST. Propor alterações no Plano nesse momento, certamente, retardaria este processo de aprovação.

O novo Plano foi aprovado no final do ano de 2009, para implantação a partir de janeiro de 2010. Assim sendo, a Audin, inicialmente, irá avaliar os aspectos relacionados ao cargo, função, remuneração e gratificação do auditor interno e após, na hipótese de não atendimento às necessidades da categoria, pretende-se desenvolver um estudo para identificar e propor os ajustes necessários no novo Plano, de modo a consolidar a carreira de auditor interno.

18. Considerações Finais

Por todo o exposto neste relatório, ficou evidenciado que as ações planejadas para o ano de 2009 foram executadas a contento. A Auditoria Interna cumpriu com os seus misteres regimentais de forma independente, objetiva e disciplinada, assistindo a organização na consecução de seus objetivos institucionais, concorrendo para a melhoria dos controles internos administrativos, propondo soluções mitigadoras dos riscos identificados e, por fim, contribuindo no processo de governança corporativa.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2010.

Fernando José Sales
Gerência de Auditoria
Gerente

Marcelo Henrique Coelho
Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional
Gerente

Júlia Mendes Nogueira
Gerência de Riscos
Gerente

De acordo.

Encaminhe-se à Presi.

Brasília/DF, 31/01/2010.

Eugenia Maria Rocha de Oliveira
Auditoria Interna
Chefe Substituta